

# Projeto

## Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil

Relatório de Pesquisa 01

### Os Arranjos Produtivos Locais no Estado do Espírito Santo: Mapeamento, Metodologia de Identificação e Critérios de Seleção para Políticas de Apoio

#### Espírito Santo



**Projeto**  
**Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais**  
**no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil**

Relatório de Pesquisa 01

**OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO:  
MAPEAMENTO, METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO E CRITÉRIOS DE  
SELEÇÃO PARA POLÍTICAS DE APOIO**

**Espírito Santo**

**Equipe Estadual**

**Coordenação:**

*Prof. Arlindo Villaschi Filho*

**Pesquisadores:**

*Ednilson Silva Felipe*

*Eliene do Santos Lima*

**Graduandas:**

*Jamilly Viviane dos Santos Freitas;*

*Nívia Cavatti Maciel*

*Thais Oliveira de Oliveira*

*Patrícia Cristina de Abreu Dias*

**Equipe de Coordenação do Projeto / RedeSist**

**Coordenador:** Renato Ramos Campos

Fabio Stallivieri

Pablo Bittencourt

Marcelo Matos

Mayra Rodrigues

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>4</b>
<b>1. Antecedentes, Conceitos Utilizados e Desenvolvimento da Atenção dada à Questão dos Arranjos Produtivos Locais como Tema de Intervenção na Política Estadual...8</b>	<b>8</b>
<b>2. Os Organismos de Coordenação e Implementação de Políticas Estaduais Para Arranjos Produtivos Locais e o Foco/Tipo das Políticas.....11</b>	<b>11</b>
<b>3. Metodologias Adotadas para Identificação dos Arranjos Produtivos Locais e os Critérios para Seleção dos Arranjos, Objetos das Políticas.....16</b>	<b>16</b>
<b>4. Os Principais Mapeamentos Existentes de Arranjos Produtivos Locais no Estado e Identificação dos Arranjos Produtivos Locais que são Focos de Políticas Públicas.21</b>	<b>21</b>
4.1. Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais.....23	23
4.2 – Projeto Observatório de Competitividade Sistêmica / Sebrae-ES.....24	24
4.3. Secretaria de Desenvolvimento e Turismo do Espírito Santo .....28	28
4.4. Espírito Santo 2025.....34	34
4.5. Espírito Santo em Ação.....35	35
4.6. Movimento Empresarial do Espírito Santo.....36	36
<b>5. Os Demais Arranjos Produtivos Locais não Apoiados por Políticas Públicas.....39</b>	<b>39</b>
5.1. Os Arranjos Produtivos Locais Identificados nos Mapeamentos Existentes, e que não Foram ou não Estão Sendo Estimulados por Políticas Públicas no Estado. ....41	41
5.1.1 – APL Construção Civil.....42	42
5.1.2 – APL de Alimentos (massas).....43	43
5.1.3 – APL de Cacau e derivados .....44	44
5.1.4 – APL de Pecuária.....45	45
5.1.5 – APL Sucro-alcooleiro .....46	46
5.1.6 – APL de Comércio Exterior .....46	46
5.1.7 – APL de Silvicultura, celulose e artefatos de móveis.....47	47
5.1.8 – APL de Comércio Varejista .....49	49
5.1.9 – APL de Comércio Atacadista.....49	49
5.1.10 – APL de Alimentos e bebidas.....49	49
5.2. Os Arranjos Produtivos Locais - APL'S não Incluídos em Listagens e Mapas Estaduais de APL'S – Vazios de Política. ....50	50
<b>Conclusão.....52</b>	<b>52</b>
<b>Referências Bibliográficas.....54</b>	<b>54</b>
<b>Anexos.....55</b>	<b>55</b>

# ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: MAPEAMENTO, METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO PARA POLÍTICAS DE APOIO

## Introdução

As mudanças associadas à transição e consolidação do novo paradigma tecnoeconômico impõem a necessidade de novas formas e novos olhares sobre a construção do desenvolvimento econômico. Um dos reflexos dessas importantes transformações é a exigência de novas políticas para o desenvolvimento nacional, regional e local. Dentro desta perspectiva, urge a necessidade de se debruçar sobre um arcabouço analítico que permita entender as novas formas e conteúdos de interação e os padrões sociais, tecnológicos, econômicos e institucionais que emergem em regiões distintas. Dessa forma, será possível mudar os requisitos para a promoção da competitividade e capacitação.

Por outro lado, parte-se da premissa de que a inovação – *motor do desenvolvimento, segundo Schumpeter* – e todo o processo inovativo são altamente localizados e repousam na interação das firmas, instituições locais e regionais e outros organismos que direta ou indiretamente influenciam tal processo. Essa dinâmica espacial da inovação, empiricamente consistente, não pode ser desconsiderada quando do desenho de políticas de apoio e de fomento à postura inovativa.

O conceito pelo qual se analisa tais interações (não somente entre firmas, mas entre elas, instituições e inclusive os agentes demandantes de tais produtos – ou serviços) localizadas em espaços específicos é o de Arranjos Produtivos Locais (APL). Cunhado pelos estudos e capilaridade da *Redesist*<sup>1</sup>, o conceito de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais designa aquele conjunto de atores (não somente econômicos) localizados em um espaço territorial específico, os quais apresentam vínculos formais ou informais e desempenham atividades afins de produção, de serviços e inovação. Esse conceito está enraizado em um outro que permite compreender e orientar os processos de geração, uso e difusão de novos conhecimentos, de novas políticas e de novas estratégias nacionais, regionais e locais de inovação: os Sistemas de Inovação (SI).

O Espírito Santo apresenta características que o coloca entre as economias de maiores possibilidades de crescimento no País. Para isso, no entanto, é preciso que haja cooperação e

---

<sup>1</sup> Rede de Pesquisas em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais, da UFRJ.

convergência de ações no sentido de elevar o nível de capacitação inovativa de todos os agentes que influenciam e estão envolvidos no desenvolvimento capixaba. A ampliação, aprofundamento e consolidação do conhecimento sobre os APL's no estado e as políticas a eles direcionadas se mostra fundamental para uma orientação mais adequada e não contraditória de novas políticas voltadas para o desenvolvimento local.

Embora o enfoque sobre os APL's como instrumento de desenvolvimento só apareça na agenda de debates do Governo Estadual em 2001, em termos acadêmicos já era utilizado, desde 1999, como fundamentação teórica para o estudo da dinâmica econômica, cooperativa e inovativa de empresas em aglomerações produtivas.

Os primeiros estudos sob essa perspectiva foram feitos pelo GPIDECA – Grupo de Estudos em Inovação e Desenvolvimento Capixaba, do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo. Foram estudados o APL de Metalurgia da Grande Vitória (ainda com a terminologia ‘conjunto siderúrgico’), o APL de Logística de Comércio Exterior e APL de Software da Grande Vitória; estes com recursos do Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia – FACITEC, da Prefeitura Municipal de Vitória, e o APL Madeira/Móveis de Linhares, demanda do IPEA. Além desses, outros estudos foram efetuados por demanda do BNDES/FINEP, o APL de Mármore e Granito de Cachoeiro de Itapemirim e o APL Metalmeccânico da Grande Vitória; e do SEBRAE/NA, o APL de Móveis da Grande Vitória; APL de Móveis de Linhares e o APL de Vestuário de Colatina.

Alguns desses estudos contribuíram para uma maior visibilidade desses arranjos produtivos que até então eram considerados tão somente como setores importantes na geração de emprego e de renda, principalmente no interior do estado. Outros, conforme ficará evidente ao longo deste Relatório, fundamentaram ações voltadas tanto para a inserção competitiva de MPMEs (Micro, Pequenas e Médias Empresas) em escala nacional (casos, por exemplo, dos APLs de Vestuário, Moveleiro e Metalmeccânico) quanto para uma ampliação da pauta exportadora brasileira, a partir de agregação de valor e conhecimento (como no caso do APL de rochas ornamentais).

O objetivo principal desse relatório é: **apresentar as principais políticas públicas voltadas para o apoio aos Arranjos Produtivos Locais no Espírito Santo, indicando como as entidades implementadoras/coordenadoras estabeleceram metodologias e critérios para seleção daqueles que foram ou não alvos de políticas públicas.**

Por conta desse objetivo principal, tem-se os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar um histórico que contribua para percepção de como e quando as diversas entidades (públicas ou privadas) voltadas para o desenvolvimento econômico do Espírito Santo absorveram a perspectiva e o conceito de APL;
- Elaborar uma caracterização dos principais organismos (públicas ou privadas) voltadas para o apoio aos APL's no Espírito Santo, identificando suas políticas de apoio, o foco destas e resultados gerais;
- Análise das metodologias utilizadas por cada organismo, tanto para a identificação dos APL's, quanto para seleção daqueles que são (ou foram) apoiados por políticas públicas;
- Elaborar um mapeamento dos APL's capixabas que foram ou estão sendo alvos de políticas de apoio, indicando, em cada caso, a entidade mapeadora;
- Descrever aqueles APL's que não foram contemplados por políticas públicas;
- Apresentar os APL's que não foram mapeados ou não identificados e que mesmo apresentando um aumento de dinâmica econômica não aparecem nas listas das principais entidades pesquisadas.

Metodologicamente a pesquisa consiste numa parte bibliográfica e em outra fundamentada em pesquisa de campo, principalmente através de entrevistas. Assim, em primeiro lugar foi feito um levantamento bibliográfico dos principais relatórios, informativos e outras fontes nas quais foram publicados os estudos, levantamentos e mapeamentos concernentes aos APL's no Espírito Santo pelas principais entidades de apoio a tais arranjos.

A pesquisa se caracteriza como de campo, uma vez que foram realizadas entrevistas às instituições, organismos e entidades de apoio, buscando identificar as políticas implementadas e as metodologias de identificação usadas por tais entidades e os instrumentos utilizados nas ações concretas de alinhamento às políticas desenhadas.

Ainda é preciso frisar que as ações ou políticas coordenadas ou implementadas pela Federação das Indústrias do Espírito Santo – FINDES, Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG e pelo o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER, embora importantes, não estão fundamentadas em metodologias que se aproximem do conceito de APL, mas se orientam pelas indicações dos *projetos estruturantes* do Plano Estratégico do Espírito Santo – ES2025. Quando há alguma menção a APL, o fazem seguindo as orientações, definições e critérios usados pelo NE/APL-ES.

Através das entrevistas foi possível constatar também que a Secretaria de Estado da Cultura não faz uso do conceito de arranjos produtivos por entender que este não seja o instrumento de visão ou de política que mais apresente afinidade com a realidade do Espírito Santo; optaram em utilizar o conceito de cadeias produtivas para mapear as atividades da economia criativa<sup>2</sup>.

O relatório, além desta introdução, está dividido em mais cinco capítulos e conclusão. O capítulo 1 tem foco histórico e indica como, ao longo do tempo, as ações dos organismos e instituições governamentais e não-governamentais – e suas respectivas políticas - foram direcionando o foco e incorporando a perspectiva dos APL's. Ou seja, o capítulo apresenta uma perspectiva histórica de como, por quem e quando a identificação de APL's foi usada para instruir políticas de apoio a empresas (principalmente às Micro e Pequenas Empresas – MPE's).

O Capítulo 2 consiste na apresentação das diferentes instituições que coordenam políticas de apoio aos APL's no Espírito Santo. Esse capítulo também apresenta as políticas – segundo critérios, definição e metodologias - que foram implementadas, quais seus principais objetivos e foco e o resultado que se pode considerar (ou esperar) para cada uma dessas políticas de apoio.

O capítulo 3 aprofunda a investigação das diferentes metodologias utilizadas por instituição. É uma compilação de como foram considerados os conceitos, os instrumentos e os critérios para a definição de APL, as atividades econômicas constituintes, seus aspectos de territorialidade e formação de governanças e institucionalidades. Também serão considerados neste capítulo quais critérios (econômicos, políticos, sociais, etc.) foram tomados como balizadores para as decisões de escolhas de quais APL's seriam alvos de políticas públicas de apoio.

No capítulo 4 faz-se uma apresentação dos principais mapeamentos de APL's no Espírito Santo. Diferentemente dos outros capítulos, são descritos os levantamentos de APL's mesmo por entidades que não são implementadoras/coordenadoras de políticas públicas. Neste caso, abre-se o leque para visões diferenciadas e conceitos menos restritos do que sejam os APL's. O capítulo ainda apresentará algumas características principais dos APL's mapeados, bem como indicará aqueles que são alvo de políticas públicas de apoio.

---

<sup>2</sup> Embora tenha se pretendido usar a metodologia de APL para o mapeamento das atividades econômicas voltadas para a cultura no Espírito Santo, a Secretaria da Cultura se direcionou para o uso da terminologia/metodologia mais próxima de 'cadeia de negócios' ou 'cadeira produtiva' das atividades culturais do que APL da Cultura, para instrumentalizar suas políticas de apoio no estado.

O último capítulo é uma descrição daqueles APL's que não são (ou que não foram) apoiados por políticas públicas. Por conta das fontes consultadas, algumas dessas descrições apresentam dados como número de empresas, atividades afins e concentração (ou dispersão) geográfica dos arranjos. Em outros casos, as entidades mapeadoras apresentaram apenas as atividades econômicas básicas de determinado APL, sem indicar sua localização em termos de municípios ou a quantidade de empresas que a comporiam. De uma forma geral, são organismos que contribuem com sua visão e percepção da dinâmica econômica estadual e não são implementadoras de políticas (privadas e/ou públicas).

O capítulo indica ainda alguns APL's que são 'semi' identificados. Ou seja, são APL's que estão fora de todas as listas, mas que precisam ser levados em conta em função da dinâmica econômica crescente que vêm apresentando. Esses respondem mais ao conhecimento da realidade local dos Pesquisadores do que a dados quantitativos existentes para suas respectivas caracterizações.

Por fim, a última parte apresenta as conclusões do relatório.

## **1. Antecedentes, Conceitos Utilizados e Desenvolvimento da Atenção dada à Questão dos Arranjos Produtivos Locais como Tema de Intervenção na Política Estadual**

No Estado do Espírito Santo, os antecedentes dos conceitos utilizados de arranjos produtivos locais na política estadual datam de 2000 com ênfase em setores econômicos, mas com alguma regionalização. Ou seja, o conceito utilizado se aproximava do conceito de aglomerações produtivas - *clusters*.

No período seguinte, de 2001 a 2004, com base no conceito de arranjos produtivos do Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT, as ações da política estadual buscavam articular a aplicação dos recursos federais em resposta às demandas das empresas localizadas em aglomerações produtivas. Adotava-se, assim, em 2002 o conceito do MCT que entendia um arranjo produtivo local como um fenômeno empírico caracterizado por aglomeração de unidades produtivas de um mesmo ramo da economia, em uma determinada e definida fração do território; usufrui de economias externas; e apresenta articulação e interação que resulta em algum grau de interdependência na tomada de decisões (MCT, 2002, pg.5).

O esforço inicial foi junto às empresas de mármore e granito na região de Cachoeiro de Itapemirim. Contudo, os esforços eram pioneiros e considerados arrojados por designar recursos para projetos cooperativos. As principais ações foram conduzidas pela então

Secretaria de Estado de Planejamento, através da Coordenação de Ciência e Tecnologia e do Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves - IPES.

Em atendimento ao Programa Ação Regional de C&T, do Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT, a fim de captar recursos federais, constitui-se o Comitê Gestor Estadual, liderado pela Coordenação de Ciência e Tecnologia, vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento. Este Comitê tinha a prerrogativa de selecionar as demandas estaduais para serem submetidas ao Grupo de Gestão Compartilhada formado pelo MCT, pela FINEP e pelo CNPq.

Sob essa ótica foram contemplados, o APL de Mármore e Granito de Cachoeiro de Itapemirim para o Projeto REDES – Programa de Desenvolvimento em Redes de Rochas Ornamentais do Espírito Santo, e posteriormente, APL de Fruticultura de Mamão da Região Norte do Espírito Santo e o APL de Móveis de Linhares.

A partir de 2002, o SEBRAE-ES em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo SEBRAE-NA passou a atuar em arranjos produtivos locais seguindo o conceito consolidado no Termo de Referência para Atuação do SEBRAE em APL (SEBRAE, 2003, pg.12): “arranjos produtivos locais são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como, governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa”.

A partir dessa diretriz do SEBRAE-NA e tendo essa definição como referência, o SEBRAE-ES, passou a trabalhar em APL's. Dessa forma, buscou contemplar em seu orçamento o maior número possível de arranjos produtivos locais para o Espírito Santo. Por isso, a partir de 2003 o SEBRAE-ES passou a ser visto pelo Governo Estadual como a principal instituição de apoio aos APL's do Estado.

Na agenda do Governo Estadual, o tema foi adotado explicitamente em 2003. A diretriz era que a promoção dos arranjos produtivos seria uma das bases da política de fortalecimento da economia capixaba e que adensar e otimizar os arranjos produtivos locais seria um dos objetivos dos eixos estratégicos de ação (GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2003, pg. 62).

No entanto, o conceito de APL utilizado neste documento não é explicitado, assim como a forma de utilização do termo APL pelas Secretarias de Estado careceu de explicitação e uso comum. Por um lado, a Coordenação de Ciência e Tecnologia seguia o conceito utilizado pelo MCT atuando junto aos APL's de Rochas Ornamentais de Cachoeiro de Itapemirim; Mamão do Norte (Linhares) do Estado e Moveleiro de Linhares; por outro lado a então

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDETUR através da Gerência de Arranjos Produtivos Locais voltava-se à articulação da demanda de arranjos produtivos orientada pelo conceito de APL's enquanto setores produtivos com o objetivo de promover uma política de competitividade baseada na redução de alíquotas de ICMS.

Em 2003, o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior inicia a coordenação interinstitucional com o objetivo de promover a complementariedade das ações das entidades ofertantes aos APL's; é criado o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP/APL com o objetivo de congrega as ações existentes no âmbito federal, elaborar e propor diretrizes gerais para a atuação das entidades federais no apoio aos APL's. O Espírito Santo tinha o APL de Rochas Ornamentais dentre os onze APL's pilotos do Brasil. A SEDETUR e o SEBRAE-ES participavam como integrantes da equipe do APL de Rochas Ornamentais do Espírito Santo.

Em 2004, o GTP/APL<sup>3</sup> é instalado por Portaria Interministerial e amplia o número de entidades participantes. Redefine sua atuação considerando a necessidade de descentralizar suas ações e, especialmente, de ordenar e priorizar as demandas estaduais através do estímulo à criação de núcleos estaduais para os arranjos produtivos.

Em 2005, o Governo Estadual coordena a elaboração do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 – ES2025 (GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2006). Neste Plano, os arranjos produtivos locais são considerados chaves para a inserção competitiva da economia capixaba e sobretudo, fundamentais para a promoção do desenvolvimento no interior do Estado. São vistos como os grandes vetores do desenvolvimento econômico no interior do estado e a partir de ações coordenadas junto a eles passariam a ser responsáveis pela maioria dos empregos gerados no Estado.

O Plano indica os arranjos produtivos de rochas ornamentais, confecções e vestuário, florestal moveleiro, fruticultura, metal mecânica, cafeicultura e turismo, porém sem territorialidade o que sugere a falta de explicitação de um conceito. A abordagem se aproxima mais à tradicionalmente utilizada para setores já que está ausente na proposta qualquer dimensão territorial. Além disso, a operacionalização do Plano com relação aos APL's também careceu de efetivação.

Em 2006, o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP/APL fez uma chamada aos estados para implantação de núcleos estaduais. Assim, seguindo a orientação do MDIC, o Espírito Santo implantou, em dezembro, o Núcleo Estadual para

---

<sup>3</sup> Contida em MDIC (2006).

Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Espírito Santo – NE-APL/ES por meio de evento com a adesão de vinte entidades que serão caracterizadas no próximo capítulo.

Foram então inscritos os APL's Moveleiro de Linhares e Região; Vestuário da Região Noroeste – Colatina; Metalmeccânico da Grande Vitória com ênfase em petróleo e gás; Agroturismo da Região Centro-Serrana e, ratificado o APL de Rochas Ornamentais de Cachoeiro de Itapemirim. Efetivamente somente o APL de Rochas Ornamentais recebeu apoio. O conceito disseminado e utilizado no âmbito do Espírito Santo pelo NE-APL/ES era, e continua a ser, o de APL enquanto “... *um número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante e, que compartilhem formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança*”. (MDIC, 2006, pg. 5).

Assim, nos termos explicitados neste Capítulo, a terminologia APL somente entrou na agenda de políticas estaduais por dois caminhos. Ou quando em resposta às diretrizes de alocação de recursos federais (fossem através do Sebrae, do MCT ou do MDIC); ou como forma de contemplar MPE's em aglomerações localizadas em diversos espaços do estado, poucas delas diretamente ligadas aos segmentos motrizes da dinâmica econômica local (metalurgia, celulose e logística de comércio exterior).

## **2. Os Organismos de Coordenação e Implementação de Políticas Estaduais para Arranjos Produtivos Locais e o Foco/Tipo das Políticas**

Como mencionado no capítulo anterior, a política estadual para os arranjos produtivos locais do Espírito Santo teve início no ano de 2002, sob os cuidados da Coordenação de Ciência e Tecnologia - COECT, vinculada à Secretaria Estadual de Planejamento. Esta Coordenação teve como principal propósito atender às prerrogativas do Ministério de Ciência e Tecnologia por meio do envio das demandas dos arranjos produtivos estaduais.

Orientada pelo Roteiro de Caracterização de Arranjos Produtivos Locais (MCT, 2002), a COECT exercia a coordenação do Comitê de Gestão Estadual com o objetivo de articular as demandas dos APL's com as orientações do MCT. Em nível federal, o MCT coordenava o Grupo de Gestão Compartilhada, formado pela FINEP e pelo CNPq, que tinha como objetivo apreciar as demandas enviadas pelo Comitê de Gestão Regional/Estadual.

Assim, a política implementada pela COECT era em resposta ao MCT e para seleção de projetos para aplicação do Fundo de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - FUNCITEC. O Comitê de Gestão Estadual era formado por representantes da Secretaria Estadual de

Planejamento; Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves – IPES; Instituto de Pesquisa e Extensão Rural do Espírito Santo – INCAPER e Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. A principal função desse colegiado era selecionar os APL's através dos critérios estabelecidos pelo MCT com base na relevância do desenvolvimento econômico e da capacidade inovativa.

A caracterização foi feita pela COECT para os APL's de Mármore e Granito de Cachoeiro de Itapemirim; Mamão do Pólo Linhares; Móveis em Linhares; Vestuário em Colatina e Metalmecânico da Grande Vitória. Em 2002, foram considerados prioritários pelo Comitê Gestor Estadual e selecionados pelo Grupo de Gestão Compartilhada (MCT, FINEP e CNPq) os três primeiros APL's.

O foco das ações voltadas para a operacionalização da política, no entanto, foi diferenciado. Para o APL de Mármore e Granito a política foi focada no fomento à cooperação através do apoio ao Projeto REDES – Programa de Desenvolvimento em Redes de Rochas Ornamentais do Espírito Santo. Já no APL do Mamão no Espírito Santo – Pólo Linhares, o foco foi em pesquisa e tecnologia de cultivo do mamão. O APL de Móveis de Linhares não chegou a receber recursos.

Entre o final de 2003 e início de 2004 observou-se uma desmobilização em nível estadual com relação a políticas públicas explicitamente voltadas para a dinamização de APL's. Isso, ao que tudo indica, em função de alterações na política nacional para arranjos produtivos que passava para a coordenação do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior por meio da constituição do Grupo de Trabalho Permanente de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais – GTP-APL.

Enquanto isso, o SEBRAE-NA já tinha definidas as diretrizes para atuação nos arranjos produtivos locais e capacitado seu quadro técnico, orientados por pesquisadores e consultores especializados (SEBRAE, 2003). Em função disso, em 2003 o SEBRAE-ES conduzia ações de apoio com foco em capacitação empresarial e fomento à cooperação e apoio à governança através da contratação de consultores locais.

A partir de 2004, essa atuação foi estruturada pela metodologia Gestão Orientada para Resultados – GEOR que focava a gestão das ações. Através desta metodologia, a governança local, representada por agentes empresariais (e outros) locais, identificava e articulava as principais ações ao longo de um determinado período e as respectivas entidades de apoio, denominados de parceiros. O foco desta política foi muito mais de coordenação de diversas ações e de execução de outras no âmbito de atuação do SEBRAE-ES.

Como as respostas de coordenação por instituições em nível de cada APL vieram de forma reduzida e/ou fracas, o SEBRAE-ES continuou a fazê-la, mas tentando sempre deixar de ser a ‘locomotiva’ dos APL’s.

Em meados de 2007, o SEBRAE-ES passou por um processo de avaliação que resultou em sua saída de processos de condução da governança local. Essa foi vista como a forma mais efetiva de resposta da instituição à falta de interlocução, cooperação e representatividade de diversas entidades setoriais que exerciam, oficialmente, a representação dos empresários.

Assim sendo, desde 2008 o SEBRAE-ES vem tirando a ênfase na atuação em APL’s preferindo atuar diretamente com grupos de empresários, sob o conceito de Núcleo Setorial e Projeto de Encadeamento (cadeia de fornecedores) conferindo a esta metodologia (Metaplan ou Plano de Trabalho) um caráter setorial, não necessariamente em APL. O objetivo é, antes de tudo, fortalecer a capacidade de mobilização dos empresários, de cooperação e de interlocução sem a presença de qualquer entidade de representação.

Ressalte-se que o SEBRAE-ES não deixou de ser um parceiro nas ações para arranjos produtivos locais; apenas abandonou o foco de suas ações próprias e específicas no conceito. Isso, apesar de continuar sendo um dos principais organismos dentro do Núcleo Estadual de Apoio aos APL’s do Espírito Santo – NE-ES/APL, conforme será abaixo detalhado.

O Núcleo Estadual de Apoio aos APL’s do Espírito Santo – NE-ES/APL congrega as ações de política estadual para os APL’s. Sua constituição se deu em resposta à recomendação do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais, coordenado pelo MDIC (MDIC, 2006).

O NE-ES/APL foi constituído e se configura em uma rede de organismos de apoio aos APL’s, formado por entidades do governo e de representação empresarial. Em seu desenho, foi feita a opção por não instituí-lo por legislação e criar uma estrutura organizacional dentro da SEDES, como ocorreu em alguns estados.

O NE-ES/APL tem como foco a articulação das ações voltadas aos APL’s. O NE-ES/APL é coordenado pela Gerência de Arranjos Produtivos Locais, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento, com o apoio do BANDES, da SECT e do SEBRAE-ES. Congrega vinte organismos que atuam no Estado:

1. Agência de Desenvolvimento em Redes do Espírito Santo (ADERES)
2. Banco do Brasil (BB)
3. Banco do Nordeste (BNB)

4. Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A (BANDES)
5. Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (CEFET/ES)
6. Caixa Econômica Federal – Superintendência do Norte e do Sul
7. ES em Ação (ONG instituída e mantida por várias empresas e voltada para a mobilização da classe empresarial)
8. Federação da Agricultura do Espírito Santo (FAES)
9. Federação das Associações e Entidades das Micro e Pequenas do Estado do Espírito Santo (FAMPES)
10. Federação dos Transportes do Espírito Santo (FETRANSPORTES)
11. Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES/IDEIES)
12. Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA)
13. Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER)
14. Instituto de Pesos e Medidas do Espírito Santo (IPEM)
15. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Espírito Santo (SEBRAE/ES)
16. Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Fundação de Apoio à Pesquisa do Espírito Santo (SECT/FAPES)
17. Secretaria de Desenvolvimento (SEDES)
18. Serviço Nacional de Aprendizado Industrial do Espírito Santo (SENAI-ES)
19. Sindicato das Cooperativas de Crédito do Espírito Santo (SICOOB-ES)
20. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

O Núcleo Estadual objetiva consolidar a política estadual de fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais tomando como base as diretrizes contidas no Espírito Santo 2025, as agendas das entidades integrantes deste Núcleo e as demandas dos diversos APL's identificados por ele. Especificamente, o Núcleo Estadual tem por finalidade:

- Promover, organizar e consolidar a política estadual de fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais, com base nas diretrizes do Estado;
- Mapear e priorizar os Arranjos Produtivos Locais do Estado;
- Orientar, acompanhar e monitorar a elaboração e as ações dos Planos de Desenvolvimento dos APL's;
- Apoiar no desenvolvimento de iniciativas conjuntas que garantam foco e resolutividade aos APL's;
- Promover maior articulação entre os diversos atores que realizam ações em APL's;

- Apoiar na alavancagem de recursos para as ações definidas nos Planos de Desenvolvimento dos APL's;
- Garantir um ambiente favorável à implantação e consolidação dos APL's;
- Divulgar e consolidar os objetivos dos Arranjos Produtivos Locais;
- Dar publicidade a política desenvolvida pelo Núcleo Estadual;
- Fortalecer a atuação das Micro e pequenas empresas locais;
- Estimular o desenvolvimento de inovação e cooperação na busca de maior competitividade.

As atividades do NE-APL/ES têm caráter permanente, ou seja, com prazo indeterminado. A interação de informações ocorre, sobretudo, através de reuniões mensais; circulação de informação através de grupos de e-mail; reuniões semanais da coordenação; gerenciamento e acompanhamento das construções dos PDP's; e participação nos eventos promovidos pelo GTP-APL (MDIC).

Sua primeira atividade foi a seleção dos cinco APL's, considerados pelas entidades que compõem o Núcleo como prioritários para serem inscritos no GTP-APL e como principal resultado a captação de recursos do Projeto Extensão Industrial Exportadora – PEIEX, do MDIC.

Em paralelo, a Secretaria de Ciência e Tecnologia/Fundação de Apoio à Pesquisa do Espírito Santo – SECT/FAPES a partir de 2008 passou a adotar em seus editais o apoio a APL's. Através de um Comitê Gestor Estadual são realizados eventos de divulgação nos APL's e avaliadas as propostas. Este Comitê é formado além da SECT/FAPES, pelo BANDES; SEBRAE-ES, pela FINDES e FINEP ou CNPq, este somente quando há recursos federais. Aqui o foco da política é desenvolvimento tecnológico e inovação. O NE-APL/ES contribui na divulgação e interlocução com os APL's selecionados por este Comitê: APL de Rochas Ornamentais de Cachoeiro de Itapemirim; Móveis de Linhares e Móveis da Grande Vitória; Confeções de Colatina; Metalmeccânico da Grande Vitória e Software da Grande Vitória.

Este capítulo permitiu apresentar as principais instituições de coordenação da política para APL's. As suas respectivas atuações nos permite entender que o que foi construído em termos estaduais está mais voltado para captação de demandas específicas, de articulação e de busca de recursos, sobretudo federais, além de divulgação de informações. Vale dizer, então que a política estadual não está fundamentada em execução de políticas, propriamente dita.

Quando o foco é execução de políticas específicas, elas se dão também, na maioria das vezes, como resposta às exigências dos organismos de fomento.

### **3. Metodologias Adotadas para Identificação dos Arranjos Produtivos Locais e os Critérios para Seleção dos Arranjos, Objetos das Políticas.**

Neste capítulo serão apresentadas, conforme indica seu título, as principais metodologias utilizadas para identificação dos arranjos produtivos no Estado do Espírito Santo, assim como os critérios para seleção dos arranjos apoiados por políticas. As informações apresentadas contribuirão na análise das políticas para arranjos produtivos locais que serão realizadas nas próximas etapas da pesquisa.

No Espírito Santo se observa que foram adotadas basicamente cinco metodologias que identificaram os arranjos produtivos locais, objetos de políticas.

- a. A primeira metodologia baseia-se no reconhecimento de segmentos que têm dinâmica histórica singular na economia estadual e que são importantes geradores e contribuidores para a melhor distribuição espacial de emprego e de renda. Seguindo essa abordagem, as orientações estratégicas desde o ano de 2001 é que no Espírito Santo há, basicamente, quatro importantes arranjos produtivos locais, que independentemente de seu nível de ‘amadurecimento’, apresentam pelo menos um número significativo de micro, pequenas e médias empresas; concentradas em um determinado território e que apresentam forma percebida de cooperação e liderança.

Neste sentido, os Arranjos Produtivos Locais de Mármore e Granito de Cachoeiro de Itapemirim; Metalmecânico da Grande Vitória (exceção na lista ao critério melhor distribuição espacial de emprego e de renda); Móveis de Linhares; e Vestuário de Colatina; estão permanentemente na pauta de vários organismos de política pública do Estado, sobretudo, “consensados” na política pública governamental desde 2001<sup>4</sup>.

- b. Em 2002, a Coordenação de Ciência e Tecnologia - COECT, vinculada à Secretaria Estadual de Planejamento, com base nas diretrizes de Governo Estadual

---

<sup>4</sup> Destaque-se que a importância dessas aglomerações já estava presente desde os anos 80/90 em ações públicas, principalmente as apoiada pelo do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES e pelo SEBRAE-ES. Ganham, entretanto, maior visibilidade e reconhecimento a partir dos estudos feitos desde 1997 pelo Grupo de Pesquisa Inovação e Desenvolvimento Capixaba /UFES, no âmbito da REDESIST.

utilizou a metodologia estabelecida pelo Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT para procedeu à seleção de APL's para enquadramento junto ao Grupo de Gestão Compartilhada (MCT, FINEP e CNPq). A metodologia estabelecia que a identificação dos APL's deveria considerar (MCT, 2002):

- Importância econômica para a região e potencial para alavancar o desenvolvimento regional;
- Oportunidade de geração de emprego e renda;
- Interiorização do desenvolvimento e/ou a dinamização de regiões estagnadas;
- Impacto na Balança de Pagamentos, através do incremento das exportações e/ou redução das importações;
- Diminuição das disparidades inter e intra-regionais;
- Possibilidade de dinamização do Arranjo através da utilização de Ciência e Tecnologia;
- Existência de instituições/articuladores locais dispostos a implementar projetos cooperativos;

Junto ao MCT foram selecionados os APLS's: Mármore e Granito de Cachoeiro de Itapemirim; Móveis de Linhares; e Fruticultura do Mamão na Região Norte – Linhares. Ao passarem para a etapa seguinte de construção da plataforma tecnológica, definida como um processo de aquisição de informações e sistematização do conhecimento sobre tecnologias escolhidas e negociação de todos os atores com papéis a desempenhar. Destaque-se a prioridade dada nessa etapa do planejamento à escolha de áreas principais de atuação, resultantes de negociação entre todos os envolvidos.

c. A terceira metodologia é a adotada pelo SEBRAE-ES, de 2003 a 2007. Esta metodologia seguiu as bases nacionais consubstanciadas no Termo de Referência para Atuação em Arranjos Produtivos Locais. O foco da atuação do SEBRAE no apoio aos APL's era promover a inserção das empresas no mercado e a promoção do protagonismo local. Para isso, deveria considerar como pressuposto: o capital humano; o capital social; a governança; e o uso sustentável do capital humano (SEBRAE, 2003: pg. 10). Esta metodologia de atuação consiste na pré-seleção de APL's com:

- aglomerações de empresas de micro e pequenos negócios;
- produção de produtos que apresentam características de homogeneidade;
- capacidade de contribuição para o aumento das exportações ou na substituição das importações;e
- potencialidade de mercado e a capacidade de geração de trabalho e renda.

Para seleção e definição do grau de prioridade, considerava-se a contrapartida local; participação no PIB, emprego, exportações e competição com as importações; capacidade de especialização produtiva; análise de cenários e tendências da economia; número de parceiros; e dinamicidade e organização institucional, e capacidade de resposta. Selecionado o APL, a etapa seguinte era a construção do diagnóstico e do plano estratégico do APL, no qual estariam definidos os principais elementos estratégicos de ações decorrentes de uma visão de futuro compartilhada (SEBRAE, 2003).

Em 2004, o SEBRAE-ES implantou a metodologia Gestão Estratégica Orientada para Resultados – GEOR nos APL’s selecionados. A GEOR consiste em um planejamento estratégico com metas quantificáveis ao longo de três anos. Neste planejamento, empresas e parceiros faziam um pacto denominado de “contratualização” das ações. Assim, foram “contratualizados” os APL’s de Rochas Ornamentais de Cachoeiro de Itapemirim; Software da Grande Vitória; Confecções de Colatina; Móveis de Linhares; Logística da Grande Vitória. Contudo, em outros APL’s de interesse do SEBRAE-ES não foi possível a aplicação da GEOR em razão do baixo nível de governança, mas que continuavam sendo objeto de ações das entidades voltadas para a dinamização de APL’s. Dentre esses, Confecções da Glória; Marcenaria da Grande Vitória; Granito de Nova Venécia; Confecções de Cachoeiro; Metalmeccânico da Grande Vitória; e Petróleo e Gás da Grande Vitória.

Como explicitado no capítulo anterior, a atuação do SEBRAE-ES com foco em arranjos produtivos locais implicava na existência de governança capaz de conduzir seu próprio processo de desenvolvimento. A experiência obtida revelou um inexpressivo resultado da contribuição das organizações locais, fazendo com que o SEBRAE-ES redefinisse, a partir de 2007, seu foco de atuação voltando-se para segmentos produtivos.

d. No âmbito da política governamental, para a Secretaria de Desenvolvimento – SEDES e Secretaria de Ciência e Tecnologia - SECT; os arranjos produtivos locais

identificados estão conformados em aglomeração de empresas em determinado território; apresentam expressivo número de empresas e empregos; e a existência de liderança local. Neste sentido, foram identificados e selecionados os APL's de Rochas Ornamentais de Cachoeiro; Móveis de Linhares; Metalmecânico da Grande Vitória; Confeções de Colatina e Software da Grande Vitória.

Observa-se, entretanto, que as secretarias não dispõem de um programa para arranjos produtivos locais. As ações de políticas estaduais não têm foco em arranjos produtivos e sim em setores. Contudo, são as empresas em aglomerações produtivas (e que adotaram o 'rótulo' APL) aquelas que mais vem sendo beneficiadas por políticas públicas pois apresentam maior capacidade de interlocução com o governo. Dois exemplos: por parte da SEDES, os Contratos de Competitividade que concedem benefícios fiscais em contrapartida a realização de investimentos em capacitação e melhorias operacionais. Já e por parte da SECT, através dos editais na forma de subvenção econômica ou na contrapartida local de projeto institucional como o Centro Tecnológico Vocacional (CVT) de Design de Móveis de Linhares.

e. Em relação à metodologia adotada pelo Núcleo Estadual de Apoio aos APL's do Espírito Santo – NE-APL/ES, implantado com base na recomendação do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP/APL, coordenado pelo MDIC (MDIC, 2006), os arranjos produtivos foram identificados seguindo os seguintes critérios estabelecidos pelo MDIC:

- Concentração setorial de empreendimentos no território;
- Relevante impacto econômico-social;
- Cooperação entre os atores participantes do arranjo (empreendedor e demais participantes, em busca de maior competitividade);
- Existência de mecanismos de governança.

Conforme dito anteriormente, o NE-APL-ES chegou à identificação de dez arranjos produtivos locais:

1. Rochas Ornamentais de Cachoeiro de Itapemirim;
2. Moveleiro de Linhares e Região;

3. Vestuário da Região Noroeste – Colatina;
4. Metalmeccânico da Grande Vitória com ênfase em petróleo e gás;
5. Agroturismo da Região Centro-Serrana
6. Software da Região Metropolitana da Grande Vitória;
7. Moveleiro da Região da Grande Vitória – Cariacica;
8. Fruticultura do Côco da Região de São Mateus;
9. Cachaça de Nova Venécia;
10. Café Conilon da Região Nordeste – São Gabriel da Palha

Em atendimento à chamada do Grupo Permanente de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais – GTP/APL, o NE-APL/ES elegeu como prioritários junto à política pública federal os cinco primeiros APL's da lista acima. Para tanto, foram elaborados, sob a coordenação deste Núcleo, os Planos de Desenvolvimento Preliminar – PDP's de cada APL.

A metodologia deste plano contempla um processo dinâmico de construção que envolve na sua elaboração o envolvimento dos atores locais, de forma participativa. Sua estrutura deve conter uma contextualização e diagnóstico; apresentar requerimentos tecnológicos, sociais e institucionais dos empreendimentos; apresentar projetos de investimento; expressar os resultados finalísticos que se espera alcançar e os mecanismos de monitoramento e avaliação; conter ações necessárias para atingir os resultados; contar com a contrapartida dos atores envolvidos e explicitar os investimentos locais. A perspectiva temporal destes PDP's é de três anos.

Em seguimento à metodologia estabelecida pelo GTP/APL, em 2007 foram realizadas reuniões de apresentação feita pelo Gestor do APL, com a presença de alguns organismos do NE-APL/ES junto ao GTP/APL a fim de explicitarem as demandas e receberem os encaminhamentos para o estabelecimento da Agenda de Compromissos de cada APL. Entretanto, apenas o APL de Rochas Ornamentais prosseguiu nesta etapa. Por outro lado, o MDIC concedeu o enquadramento do Projeto Extensão Industrial Exportadora - PEIEX para o APL de Vestuário de Colatina que acabou se estendendo também para as empresas localizadas na Grande Vitória.

Atendendo à solicitação do GTP/APL, o NE-APL/ES recomendou cinco APL's que seriam considerados os prioritários no período de 2008 a 2010: Software da Região Metropolitana da Grande Vitória; Moveleiro da Região da Grande Vitória – Cariacica; Fruticultura do Côco da Região de São Mateus; Cachaça de Nova Venécia; e Café Conilon da Região Nordeste – São Gabriel da Palha. O envio se deu na forma de levantamento de

informações quantitativas, sendo que a etapa posterior seria de envio do PDP. Algumas reuniões foram realizadas com os representantes empresariais, sem que resultasse na construção PDP.

Desde então, não se observa continuidade da política nacional de apoio aos APL's e uma retração nas atividades do Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos do Espírito Santo.

Conforme apresentado neste capítulo, as metodologias utilizadas para identificação e seleção dos arranjos produtivos locais têm em comum dois critérios básicos. O primeiro é baseado em concentração territorial; número significativo de pequenas empresas e existência de representação setorial. Já o segundo busca responder a interesse institucional e/ou da política governamental. Por isso, os APL's que apresentaram algum nível de cooperação e governança local como os APL's de Rochas Ornamentais de Cachoeiro; Móveis de Linhares e Confeção de Colatina foram os que lograram obter resultados efetivos.

#### **4. Os Principais Mapeamentos Existentes de Arranjos Produtivos Locais no Estado e Identificação dos Arranjos Produtivos Locais que são Focos de Políticas Públicas**

O acompanhamento histórico do posicionamento das entidades e organismos voltados para o apoio aos APL's no Estado do Espírito Santo destacado nos capítulos anteriores permite a afirmação de que os critérios metodológicos de identificação e mapeamento não seguiram um padrão/aproximação conceitual único. Isso levou, como já colocado, à existência de formas diferenciadas de enxergar a participação dos APL's na dinâmica econômica capixaba.

Em alguns casos, os critérios de territorialidade a aproximação geográfica, as condições de cooperação e aprendizado e ainda a construção de governança em torno do arranjo não são levados em consideração, indicando que para algumas dessas instituições, *cluster*, cadeia produtiva, atividade econômica e APL podem aparecer como conceitos semelhantes. Para outras delas, as orientações para posicionamento e conceituação partem de órgãos coordenadores, como os critérios usados pelo NE-APL/ES que são, fundamentalmente, direcionados pelo MDIC.

Há outra especificidade, por parte do SEBRAE-ES. Embora essa entidade assuma formalmente definições mais restritas de APL's, convergindo com o desenvolvido pela REDESIST, na operacionalização de suas ações, o foco é distinto. E isso ficará claro no mapeamento que será aqui apresentado. Ou seja, o projeto "OBSERVATÓRIO" assume um conceito mais amplo e se aproxima mais de cadeias produtivas ou atividades econômicas.

Assim, o objetivo deste capítulo é apresentar os principais mapeamentos de APL's no Espírito Santo, indicando seus objetivos, organismos e época em que foram levantados. Uma vez que os aspectos metodológicos já foram discutidos anteriormente, o foco aqui recai sobre quais APL's foram identificados pelas principais entidades capixabas que, de uma forma ou outra, assumem os APL's como instrumento efetivo de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento.

Neste sentido, o capítulo contribui com o escopo do projeto na medida em que indica quais deles são alvos de políticas públicas – não necessariamente coordenada/implementada pela entidade que promoveu o mapeamento – e em quais levantamentos os APL's são tomados como a ferramenta mais eficiente para a promoção do desenvolvimento e da dinâmica econômica capixaba.

Há de se destacar, no entanto, que tais mapeamentos aconteceram em épocas distintas, embora não totalmente distantes. Essa ressalva se faz necessária uma vez que há uma evolução natural do conceito e de sua consolidação. Isso não quer dizer, entretanto, que apenas o **modo** é observado. Em alguns casos, foi a **moda** prevaleceu na tentativa de entender a dinâmica específica dos conjuntos de empresas indicados.

Com o objetivo de destacar essa temporalidade, o quadro abaixo apresenta os respectivos anos em que tais mapeamentos foram preparados.

**Quadro 4.1 – Entidades Mapeadoras e Anos dos Respectivos Relatórios**

<b>Relatório/Estudo/Entidade</b>	<b>Ano do mapeamento</b>
NE-APL Núcleo Estadual de Apoio aos APL's/SEDES	2007
OBSERVATÓRIO/SEBRAE-ES	2006
SEDETUR/Futura	2006
ESPÍRITO SANTO 2025	2005
ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO	2005
ESPÍRITO SANTO COMPETITIVO/MEES	2002

Fonte: elaboração própria

O capítulo está dividido da seguinte forma: os itens 4.1 a 4.6 apresentam os principais mapeamentos recentes de APL's no Espírito Santo. O item 4.7 apresenta alguns apontamentos a título de considerações finais.

#### 4.1. Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais

A formação do Núcleo Estadual de Apoio aos APL's – coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento, seguiu a orientação do MDIC e tem como objetivo promover uma condução coordenada das ações e políticas voltadas para os APL's. Neste sentido, ao congregarem vinte organismos é considerado a principal referência na identificação de ações para os APL's.

Os APL's identificados e que são alvos de políticas coordenadas pelo NE/APL-ES estão relacionados na tabela abaixo:

**Quadro 4.2 - Relação dos APL e Indicação dos Apoiados por Políticas Públicas**

<i>NÚCLEO ESTADUAL DE APOIO AOS APL'S</i>	
<b>APL</b>	<b>Foco de Política Pública</b>
Rochas Ornamentais	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Confecções da Grande Vitória	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Confecções de Colatina	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Móveis de Linhares	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Metalmecânico da Grande Vitória	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Fruticultura do Coco / Região São Mateus	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Software da Grande Vitória	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Móveis da Grande Vitória	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Cachaça de Nova Venécia	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Café Conillon da Região Noroeste	<i>Apoiado por políticas públicas</i>

FONTE: NE-APL/ES

Os quadros 4.3 e 4.4 apresentam o porte das empresas que compõem cada APL e os municípios onde estão concentradas tais empresas, respectivamente. A observação dos dados permite afirmar que todos os APL's alvos de políticas coordenadas pelo NE/APL são compostos, substancialmente, por micro e pequenas empresas. Na composição, elas representam 90,66%, enquanto as empresas de médio porte representam 9%. Embora a participação numérica das empresas de grande porte seja inferior a 1%, dependendo do APL, elas contribuem significativamente para a dinâmica econômica do arranjo.

**Quadro 4.3 – Participação de Empresas em Cada APL – Por Porte**

<b>NÚMERO DE EMPRESAS POR PORTE</b>				
<b>APL</b>	<b>MPP</b>	<b>MP</b>	<b>GP</b>	<b>TOTAL</b>
Rochas Ornamentais	2.342	640	30	<b>592</b>
Confecções da Grande Vitória	793	113	7	<b>913</b>
Confecções de Colatina	420	159	13	<b>592</b>
Móveis de Linhares	n.d	n.d	n.d	<b>n.d</b>
Metalmecânico da Grande Vitória	595	122	22	<b>739</b>
Fruticultura do Coco / Região São Mateus	n.d	n.d	n.d	<b>n.d</b>
Software da Grande Vitória	1.096	104	4	<b>1.204</b>
Móveis da Grande Vitória	1.129	215	7	<b>1.352</b>
Cachaça de Nova Venécia	204	4	-	<b>209</b>
Café Conillon da Região Noroeste	2.282	159	3	<b>2.444</b>

FONTE: NE-APL/ES

**Quadro 4.4 – Número de Municípios que Compõe cada APL**

<b>NÚMERO DE MUNICÍPIOS POR APL</b>			
<b>APL</b>	<b>Número de Municípios no APL</b>		
Rochas Ornamentais			<b>15</b>
Confecções da Grande Vitória			<b>4</b>
Confecções de Colatina			<b>4</b>
Móveis de Linhares			<b>7</b>
Metalmecânico da Grande Vitória			<b>6</b>
Fruticultura do Coco / Região São Mateus			<b>5</b>
Software da Grande Vitória			<b>6</b>
Móveis da Grande Vitória			<b>5</b>
Cachaça de Nova Venécia			<b>23</b>
Café Conillon da Região Noroeste			<b>17</b>

FONTE: NE-APL/ES

*4.2 – Projeto Observatório de Competitividade Sistêmica / Sebrae-ES*

Este mapeamento é fruto da pesquisa “Competitividade Sistêmica das Micro e Pequenas Empresas do Espírito Santo em Regime de Aglomeração” de 2006. É parte integrante de um projeto mais amplo, denominado “OBSERVATÓRIO DE COMPETITIVIDADE

SISTÊMICA”, que consiste num conjunto de estudos do SEBRAE/ES voltados para a observação da evolução das condições dinâmicas da competitividade das empresas capixabas.

Trata-se de um estudo abrangente executado pela FCAA - Fundação Ceciliano Abel de Almeida (da Universidade Federal do Espírito Santo), sob encomendada do SEBRAE-ES.

Convergindo com o escopo e finalidades institucionais do SEBRAE-ES, o estudo consolida o papel que cumprem as micro e pequenas empresas (MPE's) no desenvolvimento da economia capixaba e se apóia no consenso da necessidade de tomar os APL's como instrumentos prioritários para políticas públicas. Por essa ótica, o projeto OBSERVATÓRIO buscou aprofundar o conhecimento crítico sobre as dificuldades e potencialidades das MPE's no Espírito Santo - sobretudo as que atuam em regime de aglomeração – e subsidiar o planejamento do SEBRAE-ES.

A metodologia adotada parte do conceito de APL como sendo “*aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, concentrando um conjunto específico de atividades, mesmo apresentando vínculos incipientes*” (SEBRAE-ES, 2006: pg. 06).

Contudo, a estrutura e a formação de indicadores para a pesquisa estão construídos a partir de elementos de competitividade sistêmica. A idéia é que a análise da competitividade sistêmica “*centra-se nas variáveis que favorecem ou prejudicam o desempenho dos arranjos, identificando e validando um conjunto de fatores críticos de competitividade (denominado aqui de capital) no processo de formação, desenvolvimento e manutenção de aglomerações empresariais*” (SEBRAE-ES, 2006: pg. 08).

Assim foram considerados os seguintes fatores críticos:

- Capital empresarial;
- Capital do trabalho e capacitação;
- Capital organizacional e cultural;
- Capital logístico;
- Capital intelectual e inovação;
- Capital Macroeconômico;
- Capital comercial nacional e internacional;
- Capital institucional e governamental;
- Capital social e ambiental.

Considerando tais critérios, o OBSERVATÓRIO identificou os APL's abaixo relacionados:

#### Quadro 4.5 – Relação dos APL e Indicação dos Apoiados por Políticas Públicas

<i>SEBRAE/PROJETO OBSERVATÓRIO</i>	
<b>APL</b>	<b>Foco de Política Pública</b>
Rochas Ornamentais de Cachoeiro	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Confecções de Colatina	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Madeira/Móveis Linhares	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Metalmecânico da GV	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Agronegócios da Região Serrana	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Software da GV	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Fruticultura	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Caféicultura	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Construção Civil	<i>Não apoiado por políticas públicas</i>
Turismo	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Petróleo e Gás	<i>Apoiado por políticas públicas</i>

FONTE: SEBRAE-ES (2006)

A pesquisa também apontou o número de empresas em cada APL, que é representado pela quadro abaixo:

#### Quadro 4.6 – Número de Empresas em Cada APL

<i>SEBRAE/PROJETO OBSERVATÓRIO</i>	
<b>APL</b>	<b>N. DE EMPRESAS</b>
Rochas Ornamentais de Cachoeiro	1.967
Confecções de Colatina	n.d.
Madeira/Móveis Linhares	1.039
Metalmecânico da GV	1.386
Agronegócios da Região Serrana	n.d.
Software da GV	n.d.
Fruticultura	637
Caféicultura	1.506
Construção Civil	5.917
Turismo	628
Petróleo e Gás	n.d.

FONTE: SEBRAE-ES (2006)

Em termos de territorialidade, o OBSERVATÓRIO toma o arranjo produtivo com o sendo um conjunto de empresas que exploram as mesmas atividades econômicas ou localizadas relativamente próximas. Por isso, cada APL's é apresentado como abrangendo um número significativo de municípios. A convergência com o quesito proximidade

territorial se baseia na identificação de pólos regionais dentro do APL. Assim, um APL pode apresentar vários pólos mesmo distantes geograficamente.

Os diversos pólos e seus respectivos APL's podem ser vistos no quadro 4.7:

**Quadro 4.7 – Os Pólos, as Localidades e os APLS:**

<b>APLs</b>	<b>Localização Espacial</b>
Confecções	1) Pólo Grande Vitória (Vitória e Vila Velha)
	2) Pólo Colatina (Colatina e São Gabriel da Palha)
	4) Pólo Linhares (Aracruz, Linhares)
	5) Nova Venécia e Cachoeiro de Itapemirim
Móveis	1) Pólo Grande Vitória (Serra, Vila Velha, Cariacica e Vitória)
	2) Pólo Linhares (Linhares, Sooretama, Rio Bananal e Aracruz)
	3) Pólo Colatina (Colatina e São Gabriel)
	4) Domingos Martins, Venda Nova e Vargem Alta
Construção Civil	1) Pólo Grande Vitória (Serra, Vila Velha, Cariacica, Guarapari e Vitória)
	2) Pólo Linhares (Linhares e Aracruz)
	3) Cachoeiro de Itapemirim
Fruticultura	1) Pólo Linhares (Linhares, Sooretama, Jaguaré e Aracruz)
	2) Domingos Martins, Venda Nova do Imigrante e Marechal Floriano
	3) Pinheiros e Conceição da Barra
Cafeicultura	1) Pólo Linhares (Linhares, Sooretama, Jaguaré, Aracruz e Rio Bananal)
	2) Pólo Colatina (Colatina, Marilândia, Governador Lindenberg e Santa Tereza)
	3) Pólo Sul (Iúna, Guaçuí, Marechal Floriano e Domingos Martins)
	4) Nova Venécia, Pedro Canário, Serra
Turismo	1) Pólo Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Guarapari e Serra)
	2) Pólo Litoral Norte (Aracruz, Conceição da Barra e São Mateus)
	3) Pólo Serrano-Caparaó (Domingos Martins, Ibatiba, Iúna, Dorés do Rio Preto)
Metal Mecânico	1) Pólo Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Cariacica, Guarapari e Serra)
	2) Cachoeiro de Itapemirim
	3) Pólo Linhares (Linhares e Aracruz)
Mármore	1) Pólo Cachoeiro de Itapemirim (Cachoeiro, Castelo, Mimoso do Sul, Vargem Alta e Itapemirim)
	2) Serra
	3) Pólo Colatina (Colatina, Baixo Guandu e Itaguaçu)
	4) Pólo Nova Venécia (Nova Venécia, Barra de São Francisco e Vila Pavão)
Petróleo e Gás	1) Pólo Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra)
	2) Aracruz

FONTE: SEBRAE-ES (2006)

Os APL's foram também classificados quanto à sua dinâmica econômica que levou em consideração não apenas os dados relativos ao comércio/indústria/emprego, mas também o grau de interação com outras instituições/organismos de apoio e as diversas formas de “capitais” formados no arranjo. Por essa ótica, os APL's foram assim classificados:

**Quadro 4.8 – Classificação dos APLS Quanto sua Dinâmica**

SEBRAE/PROJETO OBSERVATÓRIO		
APL	Apoiado por políticas públicas	CLASSIFICAÇÃO
Rochas Ornamentais de Cachoeiro	SIM	Em maturação
Confecções de Colatina	SIM	n.d.
Madeira/Móveis Linhares	SIM	Em consolidação, com grande potencial de crescimento
Metalmecânico da GV	SIM	Consolidado
Agronegócios da Região Serrana	SIM	n.d.
Software da GV	SIM	n.d.
Fruticultura	SIM	Em estágio de consolidação, com grande potencial de crescimento
Cafeicultura	SIM	Em consolidação, com potencial crescimento a partir da incorporação de inovações tecnológicas, principalmente na produção
Construção Civil	NÃO	Em consolidação
Turismo	SIM	Em consolidação
Petróleo e Gás	SIM	Embrionário

FONTE: SEBRAE-ES (2006)

Esse mapeamento de APL's apontou que as empresas percebem pouca influência do Governo Estadual na melhora da competitividade das empresas em geral.

#### 4.3. Secretaria de Desenvolvimento e Turismo do Espírito Santo

Esse mapeamento foi efetuado em 2005, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento e Turismo do Espírito Santo – SEDETUR e elaborado pela Futura Instituto de Pesquisa.

O objetivo fundamental do estudo foi “...a geração de um conjunto de informações que possibilitasse o mapeamento dos principais arranjos produtivos do Espírito Santo e que servissem de subsídios para a proposição de políticas de intervenção no sentido de dinamização de tais atividades econômicas através do adensamento das cadeias produtivas locais e de disponibilização de instrumentos que permitissem a evolução da capacidade de industrialização e comercialização de seus produtos” (SEDETUR, 2006: pg.04).

De forma mais específica, pode-se dizer que os objetivos principais desse mapeamento foram:

- Avaliar os principais APL's no Espírito Santo, notadamente no que se refere a sua capacidade de competir no mercado nacional e internacional;
- Avaliar a capacidade competitiva dos principais APL's compreendendo: no que se refere a suas características básicas, às estruturas de governança e à capacidade de inovação.
- Identificar os mercados principais de atuação dos APL's;
- Identificar e propor formas de intervenção junto aos arranjos produtivos.

Para o mapeamento, inicialmente o documento aponta que irá usar como conceito fundamental de APL's aquele que define tais arranjos como “*aglomerações de empresas, localizadas em uma mesma região, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais*”. (p. 06). A idéia é que este conceito é capaz de subsidiar novas visões dos aglomerados de empresas já que incorpora aspectos como cooperação, governança, territorialidade e processos de aprendizado.

Embora esse tenha sido o indicativo inicial, o desenvolvimento do estudo se deu sem foco explícito ao conceito de APL e passou a considerar uma visão mais abrangente. Desta forma, ao longo do mapeamento são comuns os indicativos de similaridade e falta de distinção entre APL e conceitos como *setor, cadeia produtiva, atividades correlatas, segmento empresarial, atividade econômica*.

Dentro dessa perspectiva mais abrangente, a SEDETUR/Futura identificou os seguintes APL's:

**Quadro 4.9 - Relação dos APL e Indicação dos Apoiados por Políticas Públicas  
SEDETUR/FUTURA**

<b>APL</b>	<b>Foco de Política Pública</b>
Alimentos (massas)	<i>Não apoiado por políticas públicas</i>
Aqüicultura e Pesca	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Cacau e derivados	<i>Não apoiado por políticas públicas</i>
Cafecultura	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Confecções	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Construção Civil	<i>Não apoiado por políticas públicas</i>
Florestal Moveleiro	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Fruticultura	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Logística	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Mármore e Granito	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Metalmecânico	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Pecuária de corte	<i>Não apoiado por políticas públicas</i>
Pecuária de leite	<i>Não apoiado por políticas públicas</i>
Petróleo e gás	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Sucro-alcooleiro	<i>Não apoiado por políticas públicas</i>
Turismo	<i>Apoiado por políticas públicas</i>

Fonte: SEDETUR (2005)

A falta de especificidade do critério de territorialidade ou aproximação geográfica fica clara quando se apresenta o levantamento da abrangência dos APL's. A coluna à direita do quadro 4.10 apresenta o número de municípios componentes de cada arranjo. Pelos dados, alguns deles abrangem quase a totalidade dos municípios capixabas, com nítida indicação que o foco para tais mapeamentos está mais baseado no conceito de atividade econômica do que de APL. Como em quadro anterior, o abaixo identifica aqueles que são alvo de políticas públicas.

**Quadro 4.10 – Relação dos APL e Indicação dos Municípios Envolvidos**

NÚMERO DE MUNICÍPIOS POR APL			
APL	Apoiado por políticas públicas		Número de Municípios no APL
Alimentos (massas)	NÃO		19
Aqüicultura e Pesca	SIM		8
Cacau e derivados	NÃO		3
Caféicultura	SIM		49
Confecções	SIM		13
Construção Civil	NÃO		12
Florestal Moveleiro	SIM		27
Fruticultura	SIM		22
Logística	SIM		11
Mármore e Granito	SIM		25
Metalmecânico	SIM		8
Pecuária de corte	NÃO		40
Pecuária de leite	NÃO		43
Petróleo e gás	SIM		3
Sucro-alcooleiro	NÃO		8
Turismo	SIM		19

Fonte: SEDETUR (2005)

Além dos apontamentos anteriores, com o cruzamento de dados quantitativos e qualitativos, o estudo SEDETUR/Futura procurou classificar os APL encontrados segundo a tipologia abaixo:

- Arranjos consolidados ou maduros
- Arranjos em consolidação
- Arranjos embrionários dinâmicos
- Arranjos embrionários medianos
- Arranjos embrionários estagnados

Para a aplicação de tal metodologia, os seguintes pontos foram observados:

**Quadro 4.11 – Critérios Metodológicos para a Classificação dos APL'S**

<b>TIPOLOGIA PARA CLASSIFICAÇÃO DOS APL</b>	
<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
Arranjos consolidados ou maduros	<ul style="list-style-type: none"><li>- Atividade tradicional no Estado;</li><li>- Relação com a lógica de desenvolvimento do Estado;</li><li>- Grau considerável de dinamismo.</li><li>- GINI acima de 0,75.</li></ul>
Arranjos em consolidação	<ul style="list-style-type: none"><li>- Presença de poucas características de um APL maduro;</li><li>- Atividade tradicional no Estado;</li><li>- Alguma relação com a lógica de desenvolvimento do Estado;</li><li>- Potencial de desenvolvimento futuro;</li><li>- GINI acima de 0,75.</li></ul>
Arranjos Embrionários Dinâmicos	<ul style="list-style-type: none"><li>- Poucas características de um APL maduro;</li><li>- GINI abaixo de 0,75;</li><li>- Alta quantidade de empregos gerados ou alto potencial de geração de empregos;</li><li>- Grau de dinamismo alto;</li><li>- Alto potencial de desenvolvimento futuro;</li><li>- Alguma relação com a lógica de desenvolvimento do Estado.</li></ul>
Arranjos Embrionários Medianos	<ul style="list-style-type: none"><li>- Poucas características de um APL maduro;</li><li>- GINI abaixo de 0,75;</li><li>- Quantidade mediana de empregos gerados ou média potencialidade de geração de empregos;</li><li>- Grau de dinamismo médio;</li><li>- Pouco potencial de desenvolvimento futuro;</li><li>- Relação mediana com a lógica de desenvolvimento do Estado.</li></ul>
Arranjos Embrionários Estagnados	<ul style="list-style-type: none"><li>- Poucas características de um APL maduro;</li><li>- GINI abaixo de 0,75;</li><li>- Pouca quantidade de empregos gerados ou baixo potencialidade de geração de empregos;</li><li>- Grau de dinamismo baixo;</li><li>- Baixo potencial de desenvolvimento futuro;</li><li>- Pouca ou nenhuma relação com a lógica de desenvolvimento do Estado.</li></ul>

Fonte: SEDETUR (2005)

De acordo com esses critérios, os APL's identificados foram assim classificados:

**Quadro 4.12 – Classificação dos APLS Quanto sua Dinâmica**

<b>CONDIÇÃO DINÂMICA DOS APL's</b>		
<b>APL</b>	<b>Apoiado por políticas públicas</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
Alimentos (massas)	NÃO	Embrionário Estagnado
Aqüicultura e Pesca	SIM	Embrionário Estagnado
Cacau e derivados	NÃO	Embrionário Estagnado
Cafecultura	SIM	Embrionário Dinâmico
Confeccões	SIM	Em Consolidação
Construção Civil	NÃO	Embrionário Mediano
Florestal Moveleiro	SIM	Em Consolidação
Fruticultura	SIM	Embrionário Dinâmico
Logística	SIM	Embrionário Dinâmico
Mármore e Granito	SIM	Maduro
Metalmecânico	SIM	Em Consolidação
Pecuária de corte	NÃO	Embrionário Mediano
Pecuária de leite	NÃO	Embrionário Mediano
Petróleo e gás	SIM	Embrionário Dinâmico
Sucro-alcooleiro	NÃO	Embrionário Mediano
Turismo	SIM	Embrionário Mediano

Fonte: SEDETUR (2005)

O Mapeamento SEDETUR/Futura, a partir dos dados analisados, indica algumas medidas de políticas públicas voltadas para o dinamismo de tais atividades econômicas, dentre as quais se destacam:

1) o estabelecimento de políticas horizontais voltadas para facilidade de financiamento, aumento da capacitação gerencial, mecanismos facilitadores e incentivos para a exportação, criação de infraestrutura básica; e

2) o estabelecimento de medidas específicas para cada APL, principalmente voltadas para aqueles classificados como embrionários, que devem ser distintas daquelas propostas voltadas para um APL maduro.

#### *4.4. Espírito Santo 2025*

O Espírito Santo 2025 consiste num planejamento estratégico de longo prazo para o Estado do Espírito Santo e tem como um de seus projetos estruturantes a integração competitiva da economia capixaba, em nível nacional e internacional. Esse salto competitivo se daria a partir da diversificação das atividades econômicas, da elaboração de produtos/serviços de maior valor agregado, de novos investimentos em capital humano, e construção de coesão social e institucional.

Em seu capítulo de projetos estratégicos estruturantes, o ES 2025 destaca a necessidade de adensamento das cadeias produtivas e o fortalecimento dos APL's. Os APL's são vistos como o instrumento mais eficiente para a descentralização da formação do PIB capixaba, altamente concentrado na Região Metropolitana da Grande Vitória. O argumento é que, dada a tendência a uma concentração ainda maior pela chegada dos grandes projetos do setor de petróleo, sob uma perspectiva de longo prazo, a redução da concentração do PIB só pode acontecer através do reforço da dinâmica econômica no interior, principalmente através dos APL's.

Pelo seu escopo e abrangência, não há uma visão instrumentalizada dessas estratégias voltadas para o fortalecimento dos arranjos e embora sejam tratados como propulsores de interiorização do desenvolvimento, a aplicação está mais voltada ao conjunto de empresas que exploram determinadas atividades econômicas correlatas.

A tabela abaixo apresenta os APL's que o ES 2025 identificou no estado. Ela indica também aqueles que são alvo de políticas públicas.

#### Quadro 4.13 – Identificação dos APLS e Aqueles que são Alvo de Políticas Públicas

Espírito Santo 2025	
APL	Foco de Política Pública
Mármore e Granito	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Confecção e Vestuário	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Florestal Moveleiro	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Fruticultura	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Café	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Alimentos e Bebidas	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Turismo	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Cadeia Produtiva da Pecuária Leiteira	<i>Não apoiado por políticas públicas</i>

Fonte: ES 2025 – GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (2005)

Por se constituir mais numa visão de longo prazo das ações voltadas ao desenvolvimento capixaba, o ES 2025 não faz indicação de municípios, de empresas ou das condições econômicas ou dinâmicas dos APL's que identifica.

#### 4.5. Espírito Santo em Ação

O Espírito Santo em Ação – ESemAção – é uma ONG formada por empresários e que pretende contribuir com o desenvolvimento do Espírito Santo a partir de “visões” que direcionem a economia capixaba de forma mais dinâmica e sustentável. Dado esse objetivo e intenção, os APL's aparecem como forma de instrumentalização dessas ações positivas.

Em seu conteúdo, entretanto, há uma “confusão” de termos em que se usa indistintamente distritos industriais, *clusters*, arranjos produtivos e aglomerados de empresas de uma mesma atividade produtiva. Os APL's são tomados como “*aglomerações produtivas que possuem características naturais próprias e que estão consolidadas no processo de formação sócio-cultural da região e das pessoas que nasceram e habitam o local de origem das empresas*”.

O ESemAção, apesar de identificar os APL's, não apresenta qualquer outra característica tais como dinâmica econômica, concentração e participação das empresas em cada arranjo, estágio de consolidação ou mesmo os municípios que os compõem. A lista dos APL's incluídos no ESemAção está indicado no quadro abaixo.

**Quadro 4.14 – Identificação dos APLS e Aqueles que são Alvo de Políticas Públicas**

Espírito Santo em Ação	
APL	Foco de Política Pública
Agronegócios	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Alimentos e Bebidas	<i>Não apoiado por políticas públicas</i>
Cafê	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Comércio	<i>Não apoiado por políticas públicas</i>
Comércio Exterior	<i>Não apoiado por políticas públicas</i>
Construção Civil	<i>Não apoiado por políticas públicas</i>
Florestal	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Fruticultura	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Logística	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Pecuária	<i>Não apoiado por políticas públicas</i>
Petróleo, energia e Química	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Rochas	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Turismo	<i>Apoiado por políticas públicas</i>

Fonte: ES em Ação ([www.es-acao.com.br](http://www.es-acao.com.br))

#### 4.6. Movimento Empresarial do Espírito Santo<sup>5</sup>

O MEES – Movimento Empresarial do Espírito Santo, no projeto “ESPÍRITO SANTO COMPETITIVO”, de 2002, apresenta um estudo sobre as possibilidades de desenvolvimento capixaba fundamentado no fortalecimento dos APL’s.

A idéia balizadora é que “o melhor caminho para impulsionar de forma mais eficiente e eficaz o desenvolvimento do Estado é adotar o modelo que tenha como base o conceito de ‘arranjo produtivo’, ou ‘cluster’” (MEES, 2002: pg. 13). O estudo ressalta que esse novo modelo para o desenvolvimento está centrado no conceito de competitividade que, por sua vez, é respaldado em vantagens competitivas dinâmicas.

O documento afirma ainda que “Sob a ótica da competitividade, o compartilhamento de informações, de riscos, de instituições e de toda uma gama de serviços socializa as chamadas vantagens competitivas de uma determinada região. A realidade tem demonstrado que empresas organizadas e integradas em redes de clusters/arranjos tornam-se mais

<sup>5</sup> O MEES é uma ONG formada por empresários capixabas que pretendem contribuir com visões a respeito das possibilidades de desenvolvimento do Estado. Dentre suas ações mais específicas aparece o ESemAção, que é um conjunto de estudos/propostas sobre setores econômicos que podem ser propulsores do crescimento econômico do Espírito Santo.

*competitivas, na medida em que estas se aproveitam das chamadas economias externas. Essas externalidades acabam contribuindo para uma maior produtividade comparativamente a outras empresas isoladas” (MEES, 2002: pg. 19).*

O quadro abaixo apresenta os APL's/*Clusters* identificados no estudo.

**Quadro 4.15 – Identificação dos APLS e Aqueles que são Alvo de Políticas Públicas**

<b>MEES – Movimento Empresarial do Espírito Santo</b>	
<b>APL</b>	<b>Foco de Política Pública</b>
Café	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Pesca e aqüicultura	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Silvicultura, Celulose e artefatos de móveis	<i>Não apoiado por políticas públicas</i>
Pecuária	<i>Não apoiado por políticas públicas</i>
Metalmecânico, mineral e siderúrgico	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Mármore e Granito	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Construção Civil	<i>Não apoiado por políticas públicas</i>
Confeção	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Alimentos e Bebida	<i>Não apoiado por políticas públicas</i>
Comércio Exterior	<i>Não apoiado por políticas públicas</i>
Turismo	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Comércio Atacadista	<i>Não apoiado por políticas públicas</i>
Comércio Varejista	<i>Não apoiado por políticas públicas</i>
Gás e petróleo	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Café Arábica e Conilon	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Moveleiro	<i>Apoiado por políticas públicas</i>
Fruticultura	<i>Apoiado por políticas públicas</i>

Fonte: ES Competitivo/MEES (2002)

A exemplo de outros mapeamentos mencionados acima, pela indicação que o estudo faz quando aos municípios envolvidos, o critério de territorialidade foi tomado de forma abrangente – é o caso em que alguns APL's são indicados como formado por quase a totalidade dos municípios capixabas. A relação dos APL's e de seus municípios participantes está no quadro abaixo.

**Quadro 4.16 – Municípios e Empresas que Compõem os APL’S**

MEES – Movimento Empresarial do Espírito Santo			
APL	Municípios		Empresas
Cafê		55	n.d.
Pesca e aqüicultura		n.d.	n.d.
Silvicultura, Celulose e artefatos de móveis		n.d.	n.d.
Pecuária		n.d.	n.d.
Metalmecânico, mineral e siderúrgico		08	1.094
Mármore e Granito		58	1.220
Construção Civil		n.d.	n.d.
Confecção		07	1.600
Alimentos e Bebida		n.d.	1.363
Comércio Exterior		n.d.	n.d.
Turismo		n.d.	n.d.
Comércio Atacadista		n.d.	n.d.
Comércio Varejista		n.d.	n.d.
Gás e petróleo		n.d.	n.d.
Cafê Arábica e Conilon		n.d.	n.d.
Moveleiro		04	800
Fruticultura		n.d.	n.d.

Fonte: ES Competitivo/MEES (2002)

Finalizando o capítulo, a observação da dinâmica econômica capixaba nos últimos 30 anos permite a identificação de setores que se tornaram ‘tradicionais’ e que têm importância significativa na formação de riqueza e renda, bem como na geração de empregos no Espírito Santo. O processo de diversificação produtiva e o aumento da importância relativa das atividades de serviços intensivos em conhecimento (excluindo os serviços ligados ao comércio exterior, que já são tradicionais) é fenômeno recente.

Por conta disso, o mapeamento dos APL’s tende a privilegiar essa visão já consolidada da economia capixaba e as indicações de tais arranjos produtivos é altamente convergente com o mapeamento de setores tradicionais.

O mapeamento e a formação de APL’s em setores dinâmicos recentes (como o de software e de logística voltada para o comércio exterior), nessa ótica, passa ser uma dificuldade que precisa ser superada. A consolidação de novos formatos organizacionais, novas estratégias empresariais, novos setores econômicos e novas formas de aprendizado – todas características da consolidação de um novo paradigma tecnoeconômico – precisam ser

levados em consideração para novos olhares sobre a dinâmica econômica do Espírito Santo e suas possibilidades futuras de desenvolvimento.

Novos setores dinâmicos não nascem automaticamente como APL's. É necessário o desenho de políticas – não necessariamente e exclusivamente governamentais – também em novos formatos e modelos, para que o processo de evolução de tais atividades econômicas culmine na formação de novos arranjos produtivos.

Outro aspecto que precisa ser levado em consideração nos mapeamentos aqui indicados diz respeito à territorialidade. O uso de um conceito mais fundamentado de APL permite um olhar baseado nas especificidades regionais da atividade econômica e das institucionalidades que guiam (ou deveriam servir de balizadores) do comportamento das empresas. A desconsideração de tais aspectos leva alguns desses mapeamentos a uma visão abrangente de atividade econômica e não de APL propriamente dito.

Por fim, é preciso dizer que na maioria das vezes, os aspectos de cooperação, aprendizado e instituições de governança não foram indicados nos mapeamentos. Esses são, entretanto, elementos de fundamental importância na estratégia de usar os APL's como ferramenta de desenvolvimento econômico de longo prazo.

## **5. Os Demais Arranjos Produtivos Locais não Apoiados por Políticas Públicas.**

Até este ponto, o relatório apresentou as entidades, as políticas e os critérios de escolhas para identificação daqueles APL's que seriam alvos de apoio e de políticas públicas que estimulassem seu desenvolvimento. Por esse critério, é possível identificar aqueles que não lograram ser contemplados por tais ações. O cruzamento simples dos dados permitiu construir o quadro abaixo:

**Quadro 5.1 – Identificação dos APL não Contemplados com Políticas Públicas**

<i>APL</i>	<i>Identificado por</i>
Construção Civil	- SEDETUR/Futura <sup>1</sup> - Observatório/Sebrae-ES - Espírito Santo em Ação - MEES <sup>2</sup>
Alimentos (massas)	- SEDETUR/Futura
Cacau e derivados	- SEDETUR/Futura
Pecuária <sup>3</sup>	- SEDETUR/Futura - Espírito Santo 2025 - Espírito Santo em Ação - MEES
Sucro-alcooleiro	- SEDETUR/Futura
Comércio exterior	- Espírito Santo em Ação - MEES
Silvicultura, celulose e artefatos de móveis	- MEES
Comércio Varejista	- MEES
Comércio Atacadista	- MEES
Alimentos e bebidas	- Espírito Santo em Ação

Fonte: Elaboração própria

1- Secretaria de Desenvolvimento e Turismo do Espírito Santo/Futura Instituto de Pesquisa

2- Movimento Empresarial do Espírito Santo, com base no projeto Espírito Santo Competitivo.

3- Foram agrupadas as identificações de 'Pecuária do leite', 'Pecuária de corte' e 'Cadeira produtiva da pecuária do leite'.

Esse capítulo tem dois objetivos centrais. O primeiro deles é apresentar aqueles APL's mapeados que não são ou não foram incluídos em programas de políticas públicas voltadas para o fortalecimento dos APL's no Espírito Santo. O segundo é indicar, ainda que preliminarmente, aqueles APL's que não foram indicados/identificados nos mapeamentos discutidos no capítulo anterior e que se caracterizam por aglomerações empresariais (seja por atividade, seja por proximidade geográfica), mas que podem evoluir para a construção de governanças e para consolidação de processos conjuntos de aprendizado, elementos fundamentais para a caracterização de um APL.

O capítulo está dividido em três partes, além dessa introdução. Na primeira, faz-se um levantamento com indicação de características básicas dos APL's não contemplados em políticas públicas. O segundo item apresenta os APL's não identificados ou não listados em mapeamentos já discutidos neste relatório. O último item apresenta alguns apontamentos a título de comentários finais.

Desde já, algumas observações se fazem necessárias. Em primeiro lugar embora alguns desses APL's tenham sido indicados/identificados, tais mapeamentos não apresentam qualquer dados relevantes que permitam uma radiografia ou mesmo um desenho básico de suas características. São os casos do APL do Comércio Varejista e do APL do Comércio Atacadista, ambos identificados em levantamentos efetuados pelo Movimento Empresarial do Espírito Santo. Este também é o caso do APL de Alimentos e Bebidas, que no mapeamento do Espírito Santo em Ação (ESemAção), tem apenas a indicação de sua atividade geral. Dessa forma, não é possível manter um quadro característico que seja uniforme para todos os APL's que serão aqui trabalhados.

Em segundo lugar, como já indicado no capítulo 4, é preciso considerar as especificidades temporais de quando tais levantamentos foram terminados. Uma vez mais, as especificidades temporais são importantes porque (a) os dados nela contidos revelam uma fotografia determinada no tempo em que foi tirada e o hiato entre esse e a data atual precisa ser levado em consideração e (b) porque tais entidades tinham objetivos específicos que não necessariamente prescindiria de um conceito metodologicamente consistente de APL.

Por fim, vale destacar, como já feito em outras partes deste Relatório, que algumas dessas entidades mapeadoras, embora usem o termo APL, se aproximam mais de *atividades econômicas* ou *setores*, o que torna a caracterização do “arranjo” em si bastante complexa. Tais casos, de uma forma ou outra, serão indicados ao longo do capítulo.

### *5.1. Os Arranjos Produtivos Locais Identificados nos Mapeamentos Existentes, e que não Foram ou não Estão Sendo Estimulados por Políticas Públicas no Estado.*

Este item apresenta as principais características dos APL's que foram mapeados, mas não incluídos em políticas públicas de apoio. As principais fontes de informação para levantamento de dados foram: Os relatórios do Espírito Santo em Ação, o relatório final de pesquisa “Espírito Santo Competitivo”, promovido pelo Movimento Empresarial do Espírito Santo (MEES), o relatório final do Observatório de Competitividade Sistêmica, do

Sebrae/ES, e o relatório Mapeamento de APL's realizado pela Secretaria de Desenvolvimento e Turismo e executado pela Futura Instituto de Pesquisa (SEDETUR/Futura).

### 5.1.1 – APL Construção Civil

#### a) Atividade econômica

Apesar das metodologias diferenciadas, o APL de Construção Civil foi mapeado pela SEDETUR/Futura, pelo Observatório/Sebrae-ES, pelo Espírito Santo em Ação e pelo MEES. Tanto os dados apresentados pelo MEES quanto pelo EsemAção, no entanto, são bastante genéricos e, apesar do uso do termo APL, tratam basicamente do *setor* de construção civil no Espírito Santo, o que dificulta a busca de caracterização específica do APL por essas fontes.

O APL de construção civil, de acordo com as entidades mapeadoras, está ligado às seguintes atividades:

- Construção
- Aluguel de equipamentos de construção e demolição com operários
- Terraplanagem (preparação do terreno)
- Construção dos edifícios e obras de engenharia civil
- Obras de infra-estrutura para engenharia elétrica e de telecomunicações
- Obras de instalação
- Obras de acabamento

#### b) Territorialidade

O APL tem como municípios representativos: Aracruz, Ibiracú, Anchieta, Fundão, Cariacica, Guarapari, Serra, Vila Velha e Vitória mas está especialmente concentrado na Região Metropolitana da Grande Vitória (Cariacica, Fundão, Serra, Vila Velha e Vitória).

#### c) Empresas e trabalho

Segundo os dados do Observatório/Sebrae-ES, uma das características do Arranjo Produtivo de Construção Civil é que seu grau de informalidade, tanto de empresas quanto de trabalho é um dos mais altos dentre os APL's identificados. Pelos mapeamentos existentes, o APL de Construção Civil gerava, em 2004, cerca de 30 mil empregos diretos.

Outra característica marcante é a representatividade dos trabalhadores/funcionários com baixa escolaridade. De acordo com os dados do Observatório/Sebrae-ES, pelos dados da

RAIS 2004, apenas 2% dos trabalhadores possuem curso superior completo. Os que têm ensino médio completo somam 15,2%, e 36,6% terminaram o ensino fundamental. Isso leva à conclusão que 48,2% têm menos de oito anos de escolaridade. Esses dados podem estar ligados à natureza de grande parte da atividade laboral executada no APL, que exige um menor nível educacional em comparação com outras atividades econômicas.

Em termos de faixa salarial, 53,5% do pessoal ocupado no APL possui uma renda mensal entre 1 e 2 salários mínimos e apenas 13,9% possuem um renda superior a 4 salários mínimos mês.

#### d) Governança e institucionalidade

Apesar da capilaridade e do número de empresas e trabalho que apresenta, o APL Construção Civil é tido pelo Observatório/Sebrae-ES como em **consolidação**. As razões principais apresentadas estão ligadas à baixa orientação e cooperação setorial para a competitividade.

Já o mapeamento da SEDETUR/Futura o enquadra como **embrionário mediano**. As razões estão ligadas à percepção de pouco desenvolvimento de pesquisas envolvendo atividades do APL. É pouco também o envolvimento com instituições de ensino para a promoção do desenvolvimento gerencial e administrativo e ainda para a gestão tecnológica avançada.

### 5.1.2 – APL de Alimentos (massas)

#### c) Atividade econômica

As principais atividades econômicas apontadas nesse APL são:

- Fabricação de massas alimentícias (talharim, espaguete, etc...)
- Fabricação de massas alimentícias cozidas, recheadas ou preparadas de outro modo (raviole, canelone, etc);
- Fabricação de massas alimentícias secas;
- Fabricação de massas preparadas (frescas, congeladas ou resfriadas) para lasanhas, pizzas, com ou sem recheio.

#### b) Territorialidade

Em termos geográficos, esse APL é composto por empresas situadas em 19 municípios (Viana, Venda Nova do Imigrante, Ponto Belo, João Neiva, Itaguaçu, Marataízes, Santa Maria de Jetibá, Nova Venécia, Santa Tereza, São Roque do Canaã, Conceição do Castelo, São Gabriel da Palha, Guarapari, Serra, Ibitirama, Afonso Cláudio, Cariacica, Boa Esperança e Castelo). A produção, no entanto, é concentrada em Viana e Venda Nova do Imigrante.

#### c) Empresas e trabalho

Pelos dados da RAIS para o ano de 2004, o Espírito Santo tinha 3.692 empregos formais no setor de Alimentos (massas). Como os dados são apontados de forma agregada, as fontes não apresentam os trabalhadores nos APL's, o que dificulta a análise de seu desempenho na geração de trabalho, vis-à-vis o desempenho do setor econômico.

#### d) Governança e institucionalidade

Não existe, a partir das fontes indicadas, a formação de governança ou de entidades que exerçam o estímulo à cooperação e interação nesse APL.

### 5.1.3 – APL de Cacau e derivados

#### a) Atividade econômica

As principais atividades econômicas apontadas nesse APL são:

- Cultivo de cacau;
- Produção de mudas de cacau (realizadas juntamente com o cultivo);
- Produção de mudas certificadas de cacau;
- Produção de derivados do cacau.

Destaca-se o surgimento, em determinadas localidades, de unidades produtivas com algumas características em comum, principalmente de produção artesanal, mas sem um grau de institucionalidade que seja suficiente para caracterização como setor. São geralmente 'atividades familiares', também com alto grau de informalidade.

#### b) Territorialidade

As fontes apontam esse APL como abrangendo três municípios: Linhares, Vila Velha e Conceição do Castelo. Tal atividade é praticamente inexistente nos outros municípios do estado.

#### c) Empresas e trabalho

Pelos dados da RAIS para o ano de 2004, o Espírito Santo tinha 3.854 empregos formais no setor de Cacau e derivados, incluindo os envolvidos no cultivo (Linhares e Conceição do Castelo) e na produção de derivados (Vila Velha).

#### d) Governança e institucionalidade

Esse APL, pelos dados mapeados, é classificado como “Embrionário Estagnado” (SEDETUR/Futura). A razão indicada é que a não construção de governança dificulta o desenhos de estratégias de desenvolvimento para o setor, que não apresenta evolução substancial e significativa de dados econômicos nos últimos anos.

### 5.1.4 – APL de Pecuária

#### a) Atividade econômica

Neste item, APL de Pecuária abrange os seguintes segmentos: pecuária de corte, pecuária de leite e cadeia produtiva da pecuária de leite. Apesar de esse APL ter sido identificado por SEDETUR/Futura, Espírito Santo 2025, Espírito Santo em Ação e MEES, não há um detalhamento das atividades que o comporia. A indicação mais próxima é do ES2025 quando diz que *“Tais atividades fazem parte dos grandes projetos estruturantes e são propulsoras do processo de interiorização, além de fortalecerem a economia regional”* (p.342).

Economicamente o APL tem apresentado um fraco desempenho nos últimos anos (SEDETUR/Futura).

#### b) Territorialidade

No Espírito Santo, consideram-se principalmente duas regiões de exploração pecuária. Na região Sul, que envolve os municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Guaçuí, Presidente Kennedy e Itapemirim e na região Norte, em geral nos municípios de Linhares, Colatina, Itaguaçu, Montanha, Ecoporanga, Pancas e São Gabriel da Palha.

#### c) Empresas e trabalho

Novamente os dados apresentados nos mapeamentos se referem aos dados de emprego relativos à atividade econômica e não exatamente do APL. Na Pecuária de corte, com base nos dados da RAIS para 2004, haviam 8.726 empregados no setor. Para a pecuária leiteira, para o mesmo ano haviam 6.998 empregos formais.

#### d) Governança e institucionalidade

Esse APL, pelos dados mapeados, é classificado como “Embrionário Estagnado” (SEDETUR/Futura e MEES). A razão indicada é a não construção de institucionalidades que promovam uma maior dinâmica integrada entre as empresas que compõem o APL.

### 5.1.5 – APL Sucro-alcooleiro

#### a) Atividade econômica

Embora haja apenas uma indicação geral de quais atividades econômicas estariam envolvidas nos APL's, a principal exploração econômica está na produção de álcoois derivados da cana-de-açúcar.

#### b) Territorialidade

Os seguintes municípios fazem parte deste APL: Boa Esperança, Itapemirim, Conceição da Barra, Pedro Canário, Pinheiros, Linhares, São Roque do Canaã e Montanha.

#### c) Empresas e trabalho

Pelos dados da RAIS para o ano de 2004, haviam 3.701 empregos formais no setor Sucro-alcooleiro.

#### d) Governança e institucionalidade

Não há indicação de formação de governança ou institucionalidades para esse APL.

### 5.1.6 – APL de Comércio Exterior

#### a) Atividade econômica

De forma abrangente as atividades econômicas ligadas a esse APL são aquelas necessárias às atividades comerciais de compra e venda, contratação de transporte, seguro,

transportes intermediários, armazenagem, consolidação e desconsolidação de *containeres*, preparo e envio de documentação, desembaraço de carga etc. sempre voltadas para o comércio exterior.

#### b) Territorialidade

Como a atividade do APL é ligada diretamente a de comércio exterior capixaba, sua concentração se dá naqueles municípios do litoral, principalmente naqueles onde estão localizados os portos marítimos.

#### c) Empresas e trabalho

No Estado, existem 2.961 empresas voltas para o transporte e suas atividades auxiliares do comércio exterior.

#### d) Governança e institucionalidade

Não há indicação de formação de governança ou institucionalidades para esse APL.

### 5.1.7 – APL de Silvicultura, celulose e artefatos de móveis

#### a) Atividade econômica

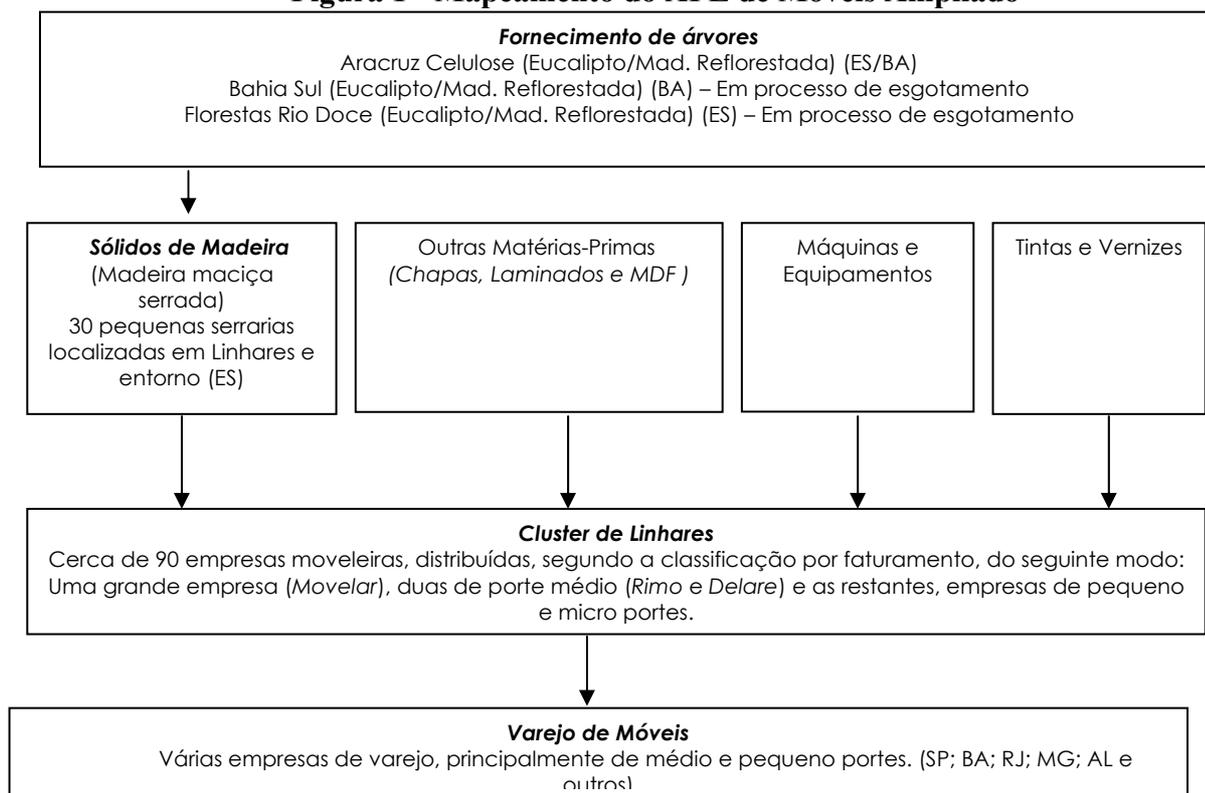
Os levantamentos de APL's, fonte de informações para este relatório, tratam esse APL como 'Setor Moveleiro Ampliado' (SMA). É formado pelos seguintes segmentos:

- Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados com estas atividades;
- Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel;
- Fabricação de artigos do mobiliário;
- Fabricação de produtos de madeira;
- Desdobramento de madeira;
- Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado (exclusivo de móveis);
- Fabricação de celulose, papel e produtos de papel.

#### b) Territorialidade

A figura abaixo representa como o APL se configura e se tem seus elementos dinâmicos localizados:

**Figura 1 - Mapeamento do APL de Móveis Ampliado**



Fonte: VILLASCHI E BUENO (2003)

### c) Empresas e trabalho

Existem hoje em torno de 800 empresas atuando no estado, entre micro, pequenas, médias e grandes. A produção está concentrada regionalmente nos municípios de Linhares e Colatina, na região Norte, e Guaçuí e Muniz Freire, na região Centro-Sul.

### d) Governança e institucionalidade

Em termos das instituições que compõem o arranjo, com o caráter de promoção e/ou coordenação das interações no arranjo, a única que existe é o Sindicato das Indústrias da Madeira e do Mobiliário de Linhares (Sindimol), a qual possui uma elevada inter-relação com as empresas locais.

A ação do sindicato tem possibilitado o desenvolvimento de parcerias com outras instituições, sendo que as principais são:

1. Parceria com a Abimóvel, desenvolvendo um programa de qualificação das empresas para exportação;

2. Parceria com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e o Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo (IDEIES), com o objetivo de captar e formar engenheiros trainees;
3. Parceira com o SENAI para a criação de cursos voltados para o setor.

#### 5.1.8 – APL de Comércio Varejista

Esse APL aparece unicamente no mapeamento apresentado pelo MEES, mas não há qualquer menção das atividades econômicas que o compõe, à territorialidade, de empresas e emprego ou de instituições voltadas para o fortalecimento do APL.

#### 5.1.9 – APL de Comércio Atacadista

Esse APL aparece unicamente no mapeamento apresentado pelo MEES, mas não há qualquer menção as atividades econômicas que o compõe, à territorialidade, de empresas e emprego ou de instituições voltadas para o fortalecimento do APL.

#### 5.1.10 – APL de Alimentos e bebidas

##### a) Atividade econômica

Esse APL aparece apenas no mapeamento do ESemAção. É composto pelas seguintes atividades econômicas:

- Abate e preparação de produtos de carne e de pescado;
- Processamento, produção, conservas, frutas, legumes e outros vegetais;
- Produção de óleos e gorduras vegetais e animais;
- Laticínios;
- Moagem, fabricação de produtos amiláceos, rações balanceadas para animais;
- Fabricação e refino de açúcar;
- Torrefação e moagem de café;
- Fabricação de outros produtos alimentícios;
- Fabricação de bebidas.

Quanto a territorialidade, dados de empresas e trabalho e de instituições e formação de governança, não há qualquer indicação nos relatórios do ESemAção.

## 5.2. Os Arranjos Produtivos Locais - APL'S não Incluídos em Listagens e Mapas Estaduais de APL'S – Vazios de Política.

Este item apresenta alguns APL's que pelo conhecimento dos Pesquisadores da dinâmica econômica local, devem ser objeto de estudos mais detalhados para identificação de potencialidades de contribuição para a competitividade e para a capacitação social no ES.

**Quadro 5.2 – APL'S não Indicados em Mapeamentos no Espírito Santo**

<i>APL</i>	<i>Localização</i>	<i>Atividades</i>
Vestuário da Região da Glória	Vila Velha	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Customização em artigos têxteis e em peças do vestuário;</li> <li>- impermeabilização, colagem, engomagem, estamparia e semelhantes em artigos têxteis e em peças do vestuário;</li> <li>- serviços de montagem de peças interiores do vestuário (costura);</li> <li>- confecção de roupas, peças do vestuário e agasalhos para recém-nascidos;</li> <li>- confecção de vestuário (inclusive peças íntimas);</li> <li>- confecção de peças avulsas do vestuário para uniformes escolares;</li> </ul>
Metalmecânico de Linhares	Linhares	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fabricação de componentes mecânicos para modernização e substituição de componentes;</li> <li>- Manutenção e prestação de serviços para atividades industriais de processos intensivos em capital;</li> <li>- Serviços especializados de recuperação de equipamentos, componentes, etc.;</li> <li>- Serviços de atendimento em paradas programadas de instalações industriais.</li> </ul>
Granito de Nova Venécia	Nova Venécia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Exploração e extração de granito;</li> <li>- Produção de pó de granito;</li> <li>- Atividades de apoio à extração de granito.</li> </ul>
Logística de Comércio Exterior da Grande Vitória	Vila Velha, Vitória, Cariacica, Serra e Guarapari, Aracruz	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prestação de serviços logísticos auxiliares às atividades de comércio exterior.</li> </ul>
Saúde da Grande Vitória	Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra, Viana e Guarapari	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Serviços de clínicas, laboratórios e exames voltados para a saúde;</li> <li>- Fabricação de produtos e equipamentos para a área de saúde;</li> <li>- Ensino e pesquisas na área de saúde;</li> </ul>
Móveis de Colatina	Colatina	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Customização em artigos têxteis e em peças do vestuário;</li> <li>- impermeabilização, colagem, engomagem, estamparia e semelhantes</li> </ul>

		em artigos têxteis e em peças do vestuário; - serviços de montagem de peças interiores do vestuário (costura); - confecção de roupas, peças do vestuário e agasalhos para recém-nascidos; - confecção de vestuário (inclusive peças íntimas); - confecção de peças avulsas do vestuário para uniformes escolares;
Calcário de Cachoeiro de Itapemirim	Cachoeiro de Itapemirim, Mimoso do Sul e Vargem Alta.	- Fabricação de produtos derivados da moagem do mármore, principalmente calcário
Arranjo Produtivo de Base Florestal <sup>6</sup>	Região Nordeste do ES / sul da Bahia	Reflorestamento, carvão vegetal, celulose, moveis e possibilidades de biocombustível de segunda geração
Confecções de Cariacica	Cariacica	- Customização em artigos têxteis e em peças do vestuário; - impermeabilização, colagem, engomagem, estamparia e semelhantes em artigos têxteis e em peças do vestuário; - serviços de montagem de peças interiores do vestuário (costura); - confecção de roupas, peças do vestuário e agasalhos para recém-nascidos; - confecção de vestuário (inclusive peças íntimas); - confecção de peças avulsas do vestuário para uniformes escolares;

Fonte: Elaboração própria

Finalizando, de uma forma geral, os dados característicos dos APL's não contemplados em políticas públicas são poucos e não convergentes entre as instituições que os mapearam. Isso pode se dar em função de duas dificuldades: A primeira delas é que algumas dessas indicações como APL não resistem a uma perspectiva de rigor analítico e metodológico mais consistente. Nesses casos, o que indicam como APL na verdade são atividades econômicas abrangentes, espalhadas por quase a totalidade dos municípios do Espírito Santo e os dados apresentados - secundários e de instituições federais, geralmente – mais refletem a realidade da atividade econômica correlata como um todo e não exatamente a dinâmica do arranjo.

A segunda dificuldade diz respeito a não observância de outros elementos que são essenciais para a caracterização de um conjunto/aglomerado de empresas como um APL. A existência de certa convergência das atividades é apenas um dos elementos que precisam ser considerados e que foi o mais utilizado nos mapeamentos. Em grande medida, as instâncias de governança e de institucionalidades, de cooperação e de interação não foram consideradas.

<sup>6</sup> - Ver Villaschi, A (2008), 'NT – Setor Produtivo Celulose e Papel, Projeto PIB – perspectiva do investimento no Brasil, Rio de Janeiro: BNDES / UFRJ / UNICAMP

De qualquer forma, pode-se argüir se não é exatamente a ausência de direcionamento de uma política pública voltada para o setor que dificultaria a emergência do APL.

Em relação aos APL's ou aglomerados de empresas que não aparecem em levantamentos anteriores, vale destacar que a dinâmica econômica capixaba, em seu processo de evolução, pode fazer surgir tais arranjos, que por sua vez podem se tornar dinâmicos e novos alvos de novas políticas públicas. É preciso, para isso, no entanto, deixar de lado a tendência de considerar apenas os APL's que têm estreita relação com o processo histórico capixaba, ainda que a maioria dos arranjos identificados seja fruto da industrialização retardatária capixaba que só deslançou a partir do final dos anos 1960. Novos setores e novos arranjos são elementos dinâmicos e saudáveis à economia: podem ser eles os próximos alvos de políticas de desenvolvimento.

## **Conclusão**

Este relatório apresentou as principais instituições voltadas para a definição de políticas públicas de apoio aos APL's no Espírito Santo. Foram apresentadas também as metodologias utilizadas para a identificação e os critérios tomados em conta para a seleção daqueles APL's que têm (ou tiveram) a eles direcionamento dessas ações.

Pelo exposto, é possível afirmar que embora o Governo do Estado não tenha uma estratégia consolidada de desenho de políticas para os APL's, o tema foi incorporado à agenda pública de forma significativa, ainda que as ações e metodologias necessitem de uma convergência mais concreta e que sejam suficientemente institucionalizadas para balizarem as decisões conjuntas para tais conjuntos de empresas.

Vale destacar que parte da significação das estratégias voltadas para o fortalecimento dos APL's no Espírito Santo pode ser explicada a partir de respostas aos estímulos e definições em âmbito nacional (seja do MCT, do MDIC ou do SEBRAE-NA).

De uma forma ou outra, vale dizer que seja através de ações balizadas em nível nacional ou por políticas estaduais, alguns arranjos apresentam graus de consolidação mais significativos que outros e aproveitam (ou se inserem) mais significativamente em tais políticas de fortalecimento. Isso é convergente com o comportamento e indicações (tácitas e não escritas) das principais entidades formuladoras/coordenadoras de políticas públicas no Espírito Santo.

Se essa é uma tendência que pode ser observada quanto aos APL's identificados com uma metodologia mais bem definida, a falta de convergência pode ser agravada com o surgimento de outros APL's, em que tal terminologia parece ser usada mais como moda (ES em Ação; ES 2025). Nesse caso, os APL's são definidos de forma tão abrangente e em desconsideração à territorialidade que o desenho de políticas verticais direcionadas fica severamente complexo e dificultado.

Ainda é importante considerar os APL's não identificados ou que não aparecem nos principais mapeamentos no Espírito Santo. São aqueles, no entender dos Pesquisadores e elaboradores deste Relatório, que carecem de estudos consistentes voltados para o entendimento da dinâmica/possibilidade de cooperação e formação de governança; bem como de enraizamento da capacitação inovativa voltada tanto para a competitividade econômica quanto para a dinâmica social.

Por fim, vale uma observação sobre a necessidade de se recuperar o sentido de políticas públicas voltadas para APL's: elas devem focar na construção da capacitação inovativa e não simplesmente em bases econômicas para a sobrevivência de MPE's localizadas em aglomerações setoriais. Ou seja, há que se recuperar as contribuições de Schumpeter, sem desprezar as de Marshall.

## Referências

- GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (2006). *Plano Estratégico Espírito Santo 2025*. Vitória: Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.
- \_\_\_\_ (2003). *Um Novo Espírito Santo – Orientações Estratégicas de Governo, Gestão 2003-2006*. Vitória: Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.
- MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – MCT (2002) *Roteiro para Caracterização de Arranjos Produtivos Locais – APL's*. Brasília: MCT.
- MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC (2006) *Oficina Regional de Orientação à Instalação de Núcleos Estaduais de Apoio a Arranjos Produtivos Locais*. Brasília: MDIC.
- MOVIMENTO EMPRESARIAL DO ESPÍRITO SANTO - MEES (2002) *Espírito Santo Competitivo: Uma Estratégia de Desenvolvimento com base em Arranjos Produtivos'*. Vitória: Consultoria Futura.
- SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO - SEDETUR (2006) *Mapeamento dos Arranjos Produtivos Locais do Espírito Santo*. Elaboração: Consultoria Futura. Vitória: SEDETUR.
- SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE (2003) *Termo de Referência para Atuação em Arranjos Produtivos Locais*. Brasília: SEBRAE.
- SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – SEBRAE-ES (2006) *Competitividade Sistêmica das Micro e Pequenas Empresas do Espírito Santo em Regime de Aglomeração*. Elaboração: Fundação Ceciliano Abel de Almeida. Vitória: SEBRAE-ES.
- VILLASCHI, A. V E BUENO, F. O. (2001) *Elementos Dinâmicos na Produção de Móveis Seriados no Espírito Santo*. In 'Industrialização Descentralizada: Sistemas Industriais Locais', Tironi, L. F. (coord.). Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.
- VILLASCHI, A (2008), 'NT – Setor Produtivo Celulose e Papel, Projeto PIB – perspectiva do investimento no Brasil, Rio de Janeiro: BNDES / UFRJ / UNICAMP

Anexos

**Anexo I: Lista de APLs identificados e apoiados**

APL	Atividade Produtiva Principal (CNAE*)	Localização Geográfica**	Organização responsável pelo apoio
Rochas Ornamentais	081; 089; 239	01209; 05036; 04401; 01407; 00706; 04302; 03403; 05069; 03809; 02801; 03700; 02603; 02306; 03007; 00201	MCT; SEBRAE-ES; SEBRAE-NA; BANDES; SECT/FAPES; NE-APL/ES
Confecções da Grande Vitória	134;141; 142	05309; 01308; 05002; 05200	MDIC
Confecções de Colatina	134;141; 142	01506; 03908; 04708; 04906	MDIC; SEBRAE-ES; NE-APL/ES
Móveis de Linhares	161; 162; 310;	03205; 00607; 02207; 02504; 03130; 04351; 05010	FAPES; SEBRAE-ES; SENAI; NE-APL/ES
Metalmecânico da Grande Vitória	242; 243; 244; 245; 251; 252; 253; 271; 273; 275; 281; 282; 283; 284; 285; 286; 291; 292; 293; 294; 303; 309; 331; 332	05309; 05002; 00607; 02207; 05200; 01308	SEBRAE-ES; BANDES; NE-APL/ES
Fruticultura do Coco / Região São Mateus	0133; 0139; 0163; 0220; 1031; 1033; 1041; 1042; 1043; 1312; 1352; 1354; 4611; 4621; 4633	04906; 00607; 03056; 03205; 05010	SEAG; INCAPER
Software da Grande Vitória	183; 261; 262; 262; 620; 631	05309; 00607; 01308; 02405; 05002; 05200	SEBRAE-ES; FINEP; BANDES; SECT/FAPES
Móveis Grande Vitória	161; 162; 310; 332	01308; 05002; 05101; 05200; 05309	SEBRAE-ES; Prefeitura Municipal de Cariacica
Cachaça de Nova Venécia	111	03908; 00102; 00201; 00300; 00359; 00607; 01001; 01209; 01308; 01506; 01605; 01902; 02108; 02405; 02801; 03205; 03502; 04104; 04609; 04708; 04955; 05069; 05200	SEBRAE-ES; SEAG

Café Conillon da Região Noroeste	0134; 0142; 0163; 1081; 1082	00169; 00136; 00359; 00805; 00904; 01001; 01506; 02108; 02256; 03304; 03353; 03908; 04005; 04658; 04708; 05150; 05176	INCAPER; SEAG
Agronegócio da Região Serrana	1041; 0121; 4633; 4724; 0134; 1012; 1013	02702; 4955; 02900; 04609; 04599; 04500; 03163; 00102; 01159; 01704; 05069; 01902; 03346	SEBRAE-ES; SETUR
Aqüicultura e Pesca	0321; 0322; 0311	02553; 02801; 04500; 04203; 00409; 03320; 02405; 03205	SEBRAE-ES; SEAG; INCAPER; MI
Cafeicultura	0134; 0142; 0163; 1081; 1082	01159; 03056; 03353; 00359; 03007; 05176; 03346; 05010; 04351; 04609; 02454; 02306; 02256; 03700; 00805; 02702; 02652; 05069; 02900; 03502; 04005; 02009; 01001; 01902; 04500; 05150; 04104; 01803; 03908; 04559; 00102; 04658; 04807; 05101; 03205; 05036; 00201; 04955; 04906; 01704; 00300; 01506; 04708; 03304; 02207; 02553; 04302; 02504; 00607	INCAPER; SEAG
Fruticultura	0133; 1031	01001; 03908; 00136; 04708; 05176; 04658; 04054; 01605; 04906; 03056	INCAPER; SEAG; MCT (mamão)
Logística	525; 702; 491; 493	02603; 05101; 01308; 00300; 00607; 04906; 01407; 05200; 04351; 05002; 02207	SEBRAE-ES
Metalmecânico	242; 243; 244; 245; 251; 252; 253; 271; 273; 275; 281; 282; 283; 284; 285; 286; 291; 292; 293; 294; 303; 309; 331; 332	03130; 00607; 05002; 00409; 02603; 01308; 02504; 05101	SEBRAE-ES; BANDES; SEDES; NE-APL/ES
Petróleo e gás	060; 091; 192; 201; 243; 281; 468; 473; 478; 711	04906; 03205; 05309	SEBRAE-ES; SEDES
Turismo	799; 791; 551; 509	01902; 02405; 03320; 00409; 03908; 04203; 04906; 01605; 02454; 03809; 00805; 01704; 00904; 00607; 02306; 04807; 00201; 05002; 04609	SETUR; SEBRAE-ES

\* CNAE (Código) = Será utilizado o código à três dígitos para Extração, Indústria e Serviços e a quatro dígitos para Agricultura.

\*\* Municípios que integram o APL – código IBGE.

**Anexo II: Lista de APLs identificados e não apoiados:**

APL	Atividade Produtiva Principal (CNAE*)	Localização Geográfica**
Allimentos (massas)	106; 109; 275; 286; 383; 463; 464; 471; 532; 561; 562; 712	05101, 05069, 04252, 03320, 04559, 03908, 04609, 04955, 01704, 04708, 02405, 05002, 02553, 00102, 01308, 01001, 01407
Cacau e Derivados	1093; 0135	03205, 05200, 01704
Construção Civil	162; 209; 222; 242; 259; 285; 429; 431; 432; 433; 439; 711; 773	03056, 02207, 05002, 02504, 00706, 02405, 02108, 04054, 01308, 05200, 00607, 03163
Pecuária de Corte	015; 101; 472	03601, 04252, 02108, 03502, 04302, 00508, 00706, 03809, 04500, 04807, 00201, 00805, 03106, 03056, 04104, 01100, 02207, 04054, 04005, 02306, 01506, 03403, 00409, 03700, 00136, 02801, 03205, 01803, 03908, 04609, 02009, 03108, 04906, 03320, 05010, 04203, 04401, 01704, 01407, 04658
Pecuária de Leite	0151; 0162	03601, 04252, 02108, 03502, 04302, 00508, 02009, 04500, 01100, 03809, 03908, 04401, 03403, 04807, 00201, 00805, 03106, 03056, 04104, 04054, 02306, 00706, 02801, 04005, 03700, 00136, 01803, 00300, 03205, 05150, 00409, 04609, 05010, 00904, 04906, 05069, 01704, 04203, 01209, 01407, 02207, 01001, 05101
Sucro-Alcooleiro	193; 202	0101, 02801, 01704, 04054, 04104, 03205, 04955, 03502
Cadeia Produtiva da Pecuária Leiteira	015	Não Definida
Agronegócios		Não Definida
Alimentos e Bebidas	106; 109; 275; 286; 383; 463; 464; 471; 532; 561; 562; 712; 013; 105; 111; 112; 282; 286; 310; 331; 332; 461; 463; 472; 561	Não Definida
Comércio	259; 262; 282; 331; 332; 351; 352; 451; 453; 454; 461; 462; 463; 464; 465; 466; 467; 468; 469; 471; 472; 473; 474; 475; 476; 477; 478; 479; 525; 561; 562; 601; 602; 620; 649; 661; 662; 681; 682; 702; 731; 749; 771; 773; 774; 791; 799; 802; 821; 829; 842; 941; 960	Não Definida
Comércio Exterior	525; 702; 842	Não Definida
Construção Civil	162; 209; 222; 242; 259; 285; 429; 431; 432; 433; 439; 711; 773	Não Definida
Pecuária	016	Não Definida
Comércio Varejista	451; 453	Não Definida
Comércio Aracadista	451; 453	Não Definida
Silvicultura, móveis e artefatos	161; 162; 310; 230	Não Definida

\* CNAE (Código) = Será utilizado o código à três dígitos para Extração, Indústria e Serviços e a quatro dígitos para Agricultura.

\*\* Municípios que integram o APL – código IBGE.

<b>Anexo III: Lista de APLs "não" identificados</b>			
APL	Atividade Produtiva Principal (CNAE*)	Localização Geográfica**	Organização responsável pelo apoio
Vestuário da Região da Glória - Vila Velha	134;141; 142	05200	
Metalmecânico de Linhares	242; 243; 244; 245; 251; 252; 253; 271; 273; 275; 281; 282; 283; 284; 285; 286; 291; 292; 293; 294; 303; 309; 331; 332	03205	
Granito de Nova Venécia	0810; 2391; 4679; 4744	03908; 01001	
Logística de Comércio Exterior da Grande Vitória	525; 702	05309; 05200; 01308; 05002; 02405; 00607	
Saúde da Grande Vitória	655; 662; 749; 841	05002; 05200; 01308; 02405; 05309; 05101	
Móveis de Colatina	161; 162; 310;	01506	
Calcário de Cachoeiro de Itapemirim	081;099; 239	01209	
Confecções de Cariacica	134;141; 142	01308	
Arranjo produtivo de Base Florestal	0210; 1931; 161; 162; 310	00607; 03205; 04906; 04054; 01605; 3502; 4104; 05010	

\* CNAE (Código) = Será utilizado o código à três dígitos para Extração, Indústria e Serviços e a quatro dígitos para Agricultura.

\*\* Municípios que integram o APL – código IBGE.